

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

A EVASÃO DE DISCENTES DO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO-CAMPUS
POSSE EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19

CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIAÇÃO

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

A EVASÃO DE DISCENTES DO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO-CAMPUS
POSSE EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19

CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIAÇÃO

Sob a orientação do Professor
Dr. Jorge Luiz de Goes Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Agosto de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PC624a e Pereira da Anunciação, Cleidnei, 1984-
 A EVASÃO DE DISCENTES DO CURSO TÉCNICO EM
 AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO-CAMPUS
 POSSE EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19 / Cleidnei
 Pereira da Anunciação. - Seropédica, RJ, 2024.
 102 f.

 Orientador: Jorge Luiz de Goes Pereira.
 Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, PPGEA/UFRRJ, 2024.

 1. Evasão Escolar. 2. Pandemia COVID-19. 3.
 Projetos de Vida. I. Luiz de Goes Pereira, Jorge,
 1967-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro. PPGEA/UFRRJ III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenacao de Aperfeicoamento de Pessoal de Nivel Superior - Brasil (CAPES) - Codigo de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenacao de Aperfeicoamento de Pessoal de Nivel Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E SERVIÇO SOCIAL**

**HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 85 / 2024 - DeptHOT
(12.28.01.00.00.00.10)**

Nº do Protocolo: 23083.055779/2024-17

Seropédica-RJ, 11 de outubro de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIAÇÃO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 30/08/2024

Orientador, Dr.(a) UFRRJ

JORGE LUIZ DE GOES PEREIRA

Membro interno, Dr.(a) UFRRJ

TATIANE DE OLIVEIRA PINTO

Membro externo, Dr. (a)

VANDERLEI ANTONIO STEFANUTO

(Assinado digitalmente em 11/10/2024 08:35) JORGE
LUIZ DE GOES PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matrícula: 1720967

(Assinado digitalmente em 11/10/2024 09:51)
TATIANE DE OLIVEIRA PINTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matrícula: 3615478

(Assinado digitalmente em 11/10/2024 10:15)
VANDERLEI ANTONIO STEFANUTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 195.339.838-33

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **85**, ano: **2024**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **11/10/2024** e o código de verificação: **cd26a6490a**

DEDICATÓRIA

À minha mãe Onezina Pereira da Anunciação (*in memoriam*).
Infelizmente não está mais entre nós para assistir esse momento ímpar,
mas, na certeza que de onde estiver torcerá por mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus pelo dom da existência e por viver mais este momento de conquista.

Gratidão à minha família e amigos que estiveram presentes e foram minha base para que eu não desistisse de tudo.

Ao Instituto Federal Goiano, especialmente o Campus Posse, na pessoa do Diretor-Geral Professor Frederico do Carmo, pelo apoio na qualificação dos servidores.

A todos os colegas de trabalho do Campus Posse, em especial às colegas Ozana Pereira, Cecília Frutuoso e Simone Ramos, pelo incentivo e apoio.

A todos os colegas do PPGEA turma IFGOIANO/2022, pelo companheirismo durante essa jornada.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por ofertar um Programa de Pós-Graduação tão brilhante que é o PPGEA, e pela oportunidade de conhecer professores e professoras excepcionais, em especial ao Professor Dr. Jorge Luiz de Goes Pereira, que me orientou neste estudo.

RESUMO

ANUNCIAÇÃO, Cleidnei Pereira da. **A Evasão de Discentes do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Goiano-Campus Posse em Razão da Pandemia da COVID-19**. 2024. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

A Pandemia da COVID-19, que assolou a população mundial no período de 2020 e 2021, trouxe consequências trágicas para todas as áreas da sociedade. A OMS (Organização Mundial de Saúde), decretou o estado de pandemia em 11 de março de 2020. Em razão da elevada transmissibilidade, a OMS buscou alternativas para contenção do vírus, como alertar sobre a importância da higienização das mãos e uso de máscara, sobre os riscos do alcance coletivo, além de proibir a aglomeração de pessoas em espaços públicos por meio da quarentena e do *lockdown*. Com as novas regras sanitárias impostas, a atividade educacional foi inegavelmente atingida, pois o distanciamento social e/ou isolamento domiciliar fizeram com que as aulas e atividades presenciais fossem proibidas. Tais alterações tiveram impacto direto na vida de toda comunidade escolar: professores, discentes e famílias, bem como nos processos de ensino-aprendizagem em todos os níveis educacionais. Esta pesquisa abordou a evasão escolar dos discentes do Curso Técnico em Agropecuária na modalidade concomitante, no Instituto Federal Goiano - Campus Posse, objetivando identificar os principais motivos e impactos da pandemia (COVID-19) nos projetos de vida de jovens oriundas da zona rural. O público da pesquisa foram os discentes evadidos no período de 2020 a 2021, num total de 92 discentes, de ambos os sexos, oriundos da zona rural e urbana. A pesquisa foi aplicada através de um questionário semiestruturado, aplicado aos participantes através de um formulário eletrônico, criado via plataforma *Google Forms*. Para auxiliar nos dados da pesquisa, foi realizado um levantamento junto ao setor de Registro Escolar do Campus Posse, para identificação dos discentes evadidos. Podemos concluir que o fator que mais levou a evasão escolar, foi por causa das aulas em formato remoto, onde os estudantes tiveram dificuldades com aulas *online*. Identificamos também que outros fatores levaram os estudantes a terem dificuldade com as aulas a distância sendo ambientes de estudos inapropriados, nas residências, principalmente dos estudantes menos favorecidos socioeconomicamente, fragilidade do vínculo escolar onde os estudantes não tiveram mais contatos nos espaços físicos da escola, além de fatores relacionados a saúde. Todos esses impactos favoreceram a evasão e desistência escolar, causando ainda baixos rendimentos nos estudos.

Palavras-chave: Evasão Escolar, Projetos de Vida, Pandemia COVID-19.

ABSTRACT

ANUNCIAÇÃO, Cleidnei Pereira da. **The Evasion of Students From the Technical Course in Agriculture at the Federal Institute Goiano-Campus Posse Due to the COVID-19 Pandemic.** 2024. 103 f. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2024.

The COVID-19 Pandemic, which devastated the world population in 2020 and 2021, brought tragic consequences to all areas of society. The WHO (World Health Organization) declared a pandemic status on March 11, 2020. Due to the high transmissibility, the WHO sought alternatives to contain the virus, such as warning about the importance of hand hygiene and the use of a mask, on the risks of collective outreach, in addition to prohibiting the gathering of people in public spaces through quarantine and lockdown. With the new health rules imposed, educational activity was undeniably affected, as social distancing and/or home isolation meant that face-to-face classes and activities were prohibited. Such changes had a direct impact on the lives of the entire school community: teachers, students and families, as well as on the teaching-learning processes at all educational levels. This research addressed the school dropout of students from the Technical Course in Agriculture in the concomitant modality, at the Instituto Federal Goiano - Campus Posse, aiming to identify the main reasons and impacts of the pandemic (COVID-19) on the life projects of young people from rural areas. The research audience were students who dropped out in the period from 2020 to 2021, a total of 92 students, of both sexes, from rural and urban areas. The research was applied through a semi-structured questionnaire, applied to participants through an electronic form, created via the Google Forms platform. To assist with research data, a survey was carried out with the School Registration sector of Campus Posse, to identify dropout students. We can conclude that the factor that most led to school dropouts was due to remote classes, where students had difficulties with online classes. We also identified that other factors led students to have difficulty with distance classes, such as inappropriate study environments, in homes, especially for less socioeconomically advantaged students, fragility of the school bond where students no longer had contact in the physical spaces of the school, in addition of health-related factors. All these impacts favored school dropout and dropout, also causing low academic performance.

Keywords: School Dropout, Life Projects, COVID-19 Pandemic.

LISTA DE ABREVIATÖES

AVA: Ambiente Virtual de Aprendizagem
CEFET: Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP: Comit  de  tica em Pesquisa
COVID -19: Coronavírus Disease - 2019
EaD: Educação a Distância
EPT: Educação Profissional e Tecnológica
ESPII: Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional
FIC: Formação Inicial e Continuada
FIES: Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH:  ndice de Desenvolvimento Humano
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IF: Instituto Federal
IFES: Instituições Federais de Ensino
IPEA: Instituto de Pesquisa Econ mica Aplicada
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC: Ministério da Educação
MP: Medida Provisória
MS: Ministério da Saúde
OMS: Organização Mundial da Saúde
OPAS: Organização Pan-Americana de Saúde
PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PNCF: Programa Nacional de Crédito Fundiário
PROUNI: Programa Universidade para Todos
PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional
PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PPGEA: Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
PPC: Projeto Pedagógico de Curso
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PEPE: Plano Estratégico de Permanência e êxito
PROEN: Pró-Reitoria de Ensino
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SARS-CoV-2: specific immune response and the pathogenesis of COVID-19 (resposta imune específica e a patog nese da COVID-19)
SECTEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TALE: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC: Tecnologia de Informação e Comunicação
UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UEG: Universidade Estadual de Goiás

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA.....	4
3 A PANDEMIA DA COVID-19 E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	12
3.1 A Pandemia da COVID-19	12
3.2 A Educação na Pandemia.....	17
4 PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS E O ADVENTO DA PANDEMIA.....	22
4.1 Definições de Projetos de Vida.....	22
4.2 Juventudes e Projetos de Vida dos Jovens Rurais	25
4.3 O Advento da Pandemia da COVID-19 Para os Jovens Rurais.....	33
5 A EVASÃO ESCOLAR E OS IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19	35
5.1 Aspectos da Evasão Escolar na Educação Profissional	35
5.2 A Evasão Escolar do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante no Instituto Federal Goiano Campus Posse durante a Pandemia da COVID-19.	37
5.3 Atuação do Campus Posse para Combater a Evasão Escolar durante a Pandemia	43
5.4 A Evasão Escolar dos Estudantes diante da Pandemia e suas Consequências para a Realização dos seus Projetos de Vida.	45
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE	58
Apêndice A – Questionário Aplicado aos Participantes	58
Apêndice B – TCLE	60
Apêndice C – TALE	65
ANEXOS	70
Anexo A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia da UFRJ	70
Anexo B – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do IF Goiano	86

1 INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2) um vírus altamente contagioso e letal, causador da doença COVID-19, ocasionou uma ressignificação no modo de vida de toda a população mundial, especialmente devido à sua forma de contaminação, ou seja, contato com secreção de pessoas contaminadas, mesmo que assintomáticas (espirros, saliva, catarro etc.), e/ou, contato próximo com objetos ou superfícies contaminadas, incluindo as mucosas da boca, nariz ou olhos. Para tanto, tornou-se imprescindível evitar qualquer tipo de aglomeração, incluindo, especificamente, os espaços educativos formais, considerando que naquela época, ainda não tínhamos nenhum tipo de vacina.

Sendo assim, seguindo as recomendações estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, conforme declaração do Diretor-Geral em 11 de março de 2020 e de orientações sanitárias nacionais conforme Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020 que reconheceu o estado de calamidade pública, o Instituto Federal Goiano, nos termos da Portaria nº 575, de 26 de março de 2020 suspendeu o calendário acadêmico, retornando apenas em abril de 2020 com atividades acadêmicas de forma remota, via *Internet*, através de plataforma AVA Moodle do próprio Instituto.

Com a suspensão das aulas presenciais, as atividades práticas ficaram prejudicadas e não foram realizadas. Percebeu-se que após o início das aulas de forma remota, houve uma certa evasão dos discentes bem como o baixo rendimento acadêmico.

Percebeu-se também que as mudanças comportamentais dos discentes foram em razão da mudança da modalidade de aulas presenciais, as quais haviam aulas práticas, para a modalidade totalmente à distância (EaD). A integralização do ensino entre teoria e prática pode devolver ao espaço de aprendizagem a criatividade, o interesse e o despertar de novas habilidades nos estudantes e professores envolvidos no processo (Thiesen, 2008).

Com as novas regras sanitárias impostas, a atividade educacional foi inegavelmente atingida, pois o distanciamento social e/ou isolamento domiciliar fizeram com que as aulas e atividades presenciais fossem proibidas. Tais alterações tiveram impacto direto na vida de toda comunidade escolar: docentes, discentes e famílias, bem como nos processos de ensino-aprendizagem em todos os níveis educacionais.

Vale ressaltar que muitos discentes buscam a formação técnica de nível profissional, principalmente o curso Técnico em Agropecuária modalidade concomitante, justamente pelo fato de poderem ter aulas práticas, o que ocasionou uma evasão escolar considerável em função

do novo modelo de aulas remotas. Porém, como sabemos, a pandemia causou enormes problemas em todo o planeta.

O isolamento social modificou os hábitos de comportamento da sociedade, com o fechamento de escolas, a mudança dos métodos e da logística de trabalho e de diversão, diminuindo o contato próximo entre as pessoas, algo tão importante para a saúde mental. O convívio prolongado dentro de casa aumentou o risco de desajustes na dinâmica familiar. Somam-se a isso as reduções de renda e o desemprego que pioram ainda mais a tensão sobre as famílias. E, ainda, as mortes de entes queridos em um curto espaço de tempo, juntamente à dificuldade para realizar os ritos fúnebres de despedida, dificultando a experiência de luto e impedindo a adequada ressignificação das perdas, aumentando o estresse.

Com a pandemia, portanto, houve um aumento dos transtornos mentais e de traumas psicológicos provocados pela infecção do vírus. O aumento dos sintomas psíquicos e dos transtornos mentais durante a pandemia pode ocorrer por diversas causas, dentre elas, pode-se destacar a ação direta do vírus da COVID-19 (SARS-CoV-2) no sistema nervoso central, as experiências traumáticas associadas à infecção ou à morte de pessoas próximas, o estresse induzido pela mudança na rotina devido às medidas de distanciamento social ou pelas consequências econômicas, na rotina de trabalho ou nas relações afetivas e, por fim, a interrupção de tratamento por dificuldades de acesso.

Outro aspecto a ser analisado sobre evasão é a questão do perfil dos estudantes, do interesse destes pela área de atuação. Sabemos que a maioria dos discentes são jovens, e, que muitas vezes se matriculam no curso até mesmo por falta de opção, e/ou depois percebem que não tem vocação. É nessa etapa da vida, que os jovens criam seus projetos de vida, onde buscam se aperfeiçoar para terem uma profissão na vida adulta. Um momento, marcado por muitas incertezas quanto ao futuro. De acordo com Nunes (2005),

uma das razões de evasão é qualificada por erro na escolha do curso, por não perceber os processos pedagógicos, por quebra de perspectiva em relação a teores estudados e defasagem escolar, que gera modificações de turmas e de colegas, provocando uma grande frustração (Nunes, 2005, p.90).

Tendo em vista a mudança repentina das aulas presenciais para aulas remotas, via *internet*, a falta de atividades práticas e de estágio podem influenciar na formação profissional dos acadêmicos, bem como observado o alto índice de evasão dos discentes no curso Técnico em Agropecuária concomitante. As perguntas que orientam nosso estudo são: 1) Quais os motivos que levaram os discentes do Curso Técnico em Agropecuária concomitante evadirem?

Existem diferenças de gênero quanto ao perfil dos evadidos? O que pretendem os estudantes com essa evasão? O que mudou nos seus projetos de futuro?

Para tanto, objetivou-se verificar as causas da evasão escolar de discentes do curso Técnico em Agropecuária concomitante do Instituto Federal Goiano - Campus Posse, em decorrência da pandemia da COVID-19. Como objetivos específicos temos:

a) Identificar os principais motivos que levaram a evasão escolar dos discentes do Curso Técnico em Agropecuária na modalidade concomitante;

b) Analisar os impactos da pandemia em seus nos projetos de vida, em função do uso de aulas remotas;

c) Verificar se o apoio/suporte ofertado pela Instituição foi suficiente durante o período pandêmico, desde acesso às TICs bem como às políticas públicas de permanência e êxito.

As atividades práticas baseadas em investigações são adequadas para trabalhar conteúdos referentes à natureza da atividade científica, pois nelas, os discentes utilizam os processos e métodos da ciência para investigar fenômenos e resolver problemas como meios de aumentar e desenvolver seus conhecimentos. Além disso, as práticas fornecem um elemento integrador para o currículo, proporcionando a compreensão e acesso a uma etapa importante da atividade científica.

É indiscutível a importância exercida pela experimentação na construção da ciência e do pensamento científico. A elaboração do conhecimento científico apresenta-se vinculado a uma abordagem experimental, por ser esta área de conhecimento dependente da investigação e das observações empíricas.

Neste sentido, a utilização de aulas práticas pode facilitar o processo ensino aprendizagem, pois o discente desenvolve habilidades processuais e integradas, ligadas ao processo científico, tais como: observação, inferência, medição, comunicação, classificação, predição, controle de variáveis do experimento, definição operacional, hipóteses, interpretação de dados e conclusão (Vasconcelos *et al.*, 2002).

O trabalho está dividido da seguinte forma: O primeiro capítulo refere-se à introdução, que apresenta os motivos pela escolha do tema e define os objetivos. O segundo capítulo trata da metodologia, definindo a abordagem da pesquisa e os procedimentos utilizados. No terceiro capítulo discutimos sobre as consequências da Pandemia para a educação brasileira, mais especificamente no ensino técnico oferecido pelo Instituto Federal Goiano. O quarto capítulo refere-se sobre a elaboração dos projetos de vida dos jovens. No quinto capítulo discutimos a evasão escolar dos estudantes diante da Pandemia e suas consequências para a realização dos seus projetos de vida.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa sobre o tema pesquisado, através de um Estudo de Caso com um grupo de discentes do Curso Técnico em Agropecuária na modalidade concomitante do IF Goiano Campus Posse, durante o período da pandemia causada pela COVID-19 nos anos 2020 e 2021. Segundo Minayo (1994, p. 21), a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com nível de realidade que não pode ser quantificado”. Assim, realizamos uma investigação buscando compreender os complexos fatores que levam a evasão escolar, para responder os problemas da pesquisa.

A pesquisa define-se como um Estudo de Caso, por se tratar da análise de uma realidade específica. Segundo Lüdke e André (1986), este tipo de estudo é sempre bem delimitado, podendo ser semelhantes a outros, mas é também distinto, pois tem um interesse próprio e particular. As autoras ainda expõem que:

1. Os estudos de caso visam à descoberta [...]; 2. Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto” [...]; 3. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda [...]; 4. Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação [...]; 5. Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas [...]; 6. Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social [...]; 7. Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa [...] (Lüdke; André, 1986, p. 21-23).

O método de Estudo de Caso é uma investigação preservando as características significativas dos fatos, pois estudamos com observação direta dos acontecimentos e entrevistas das pessoas neles envolvidas (Malheiros, 2011). Para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”.

- **O Lócus da Pesquisa**

A pesquisa foi desenvolvida no Campus Posse que é uma unidade integrante do Instituto Federal Goiano, com sede no município de Posse do Estado de Goiás, localizado na Fazenda Vereda do Canto, Rodovia GO 453, Km 2,5.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) é uma autarquia criada nos termos da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao

Ministério da Educação, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Brasil, 2008).

De acordo com o disposto em seu Estatuto, o IF Goiano é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (presencial e à distância), com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Em seu Estatuto, o IF Goiano observa os seguintes princípios norteadores: I - compromisso e prática com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, gestão democrática, respeito à diversidade, ao pluralismo de ideias e direitos humanos; II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III - compromisso com a formação humana integral, com a produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; IV - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; V - inclusão socioeducativa de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; VI - natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (IF Goiano, 2019).

Uma das finalidades e características do IF Goiano é ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, tendo como objetivo ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos nas diversas modalidades de ensino.

Em 2009, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, oriundos das Escolas Agrotécnicas, CEFETs e Escolas Vinculadas às Universidades Federais, promovendo assim a expansão e interiorização da rede federal de educação profissional (Brasil, 2008).

No Estado de Goiás foram criados dois Institutos Federais: O Instituto Federal de Goiás, criado para atuar mais nos grandes centros e voltado para atividades industriais; e o Instituto Federal Goiano, criado para desenvolvimento na área de agrárias.

A Reitoria do Instituto Federal Goiano é sediada na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás. As atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas em doze *campi*

com administração descentralizada. Conforme regimento interno, os *campi* configuram-se como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, com proposta orçamentária anual identificada, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores e tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica.

Os *campi* são: Campus Ceres, Campus Cristalina, Campus Iporá, Campus Morrinhos, Campus Urutaí, Campus Campos Belos, Campus Posse, Campus Rio Verde, Campus Trindade, Campus Avançado, Catalão, Campus Avançado Hidrolândia, Campus Avançado Ipameri, Polo de Inovação.

Fruto da segunda etapa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Campus Posse, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, localizado na cidade de Posse-GO, região Nordeste do Estado de Goiás, a 513 km da capital do Estado e a 311 km da capital Federal, iniciou suas atividades no ano de 2013, com ofertas de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Já em agosto de 2014, começou a ofertar cursos técnicos na modalidade concomitante. (IF Goiano, 2015).

O Campus Posse foi autorizado pela Portaria do MEC nº 378 de 9 de maio de 2016, e atualizado pela Portaria do MEC nº 116 de 14 de fevereiro de 2018.

Atualmente, o Campus oferta cursos de nível médio técnico (Técnico em Agropecuária concomitante e integrado, Técnico em Informática e Técnico em Administração), cursos de nível superior (Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Administração e Licenciatura em Ciências Biológicas) também oferta especialização *Lato Sensu* (IF Goiano, 2020).

Conforme definido no Projeto Pedagógico de Curso, o Campus Posse oferta o curso Técnico em Agropecuária na modalidade concomitante, com duração de 1,5 anos e tem como objetivo formar profissionais técnicos de nível médio capazes de exercer atividades técnicas com habilidades e atitudes que lhes permitam participar de forma responsável, ativa, crítica e criativa na solução de problemas na área de produção e transformação vegetal e ou animal e de conservação do meio ambiente, sendo capaz de continuar aprendendo e diante da adversidades das condições do mundo do trabalho. Além do domínio dos saberes tecnológicos, expressos na forma de competências gerais e específicas, pressupõe-se a formação de um profissional crítico, criativo e autônomo do processo de aprendizagem, historicamente situado em seu contexto e capaz de se articular com as demais áreas do conhecimento (IF Goiano, 2017).

O Projeto Pedagógico do curso prevê aulas práticas em componentes curriculares de caráter teórico-prático, tanto para consolidação das teorias apresentadas, como para o estímulo

à capacidade de experimentação e observação do discente, além visitas técnicas que aproximem o discente da realidade prática e profissional.

O discente do curso Técnico em Agropecuária concomitante formado no IF Goiano - Campus Posse está preparado para atuar em pequenas, médias e grandes propriedades rurais, atuando em diversos ramos da produção vegetal, animal e agroindustrial: empresas de vendas de produtos destinados à lavoura e à pecuária; órgãos de defesa sanitária vegetal e animal; estabelecimentos agroindustriais; empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa; parques e reservas naturais; secretarias municipais de agricultura; empresas públicas e privadas que trabalham com pesquisas nas áreas de produção vegetal animal e agroindustriais. Além desses campos de atuação, o profissional poderá atuar também como empreendedor, planejando, executando e avaliando projetos de produção vegetal, animal e agroindustrial, através de empresa estudantil criada e gerenciada pelo próprio discente, durante o período em que permanecer na escola (IF Goiano, 2017).

Conforme o Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Agropecuária concomitante, do Campus Posse (PPC 2017), o curso se enquadra no eixo tecnológico de Recursos Naturais compreende tecnologias relacionadas à extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos. Sendo um curso de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio na forma concomitante. O Curso é ministrado na modalidade Presencial, apresentando possibilidade de 20% da carga horária na modalidade EaD, conforme disposto no Capítulo III, Artigo 26, Parágrafo Único, da Resolução nº 06 de 20 de setembro de 2012, que permite o uso de até 20% da carga horária total do curso na modalidade EaD. A duração do curso é de 03(três) semestre e sua matriz curricular está dividida em 1.219,05 horas em seus componentes curriculares, além 160 horas de estágio e 60 horas em atividades complementares. A oferta do curso é no período matutino (IF Goiano, 2017)

O Campus Posse também oferta o curso Técnico em Agropecuária na modalidade Integrado ao Ensino Médio, o tempo de duração é de 03 (três) anos, sendo integrado ao Ensino Médio, tornando uma etapa obrigatória da educação básica. O curso é em período integral, com aulas presenciais no período matutino e vespertino e possui uma carga horária total de 3.837,65 horas.

Na figura 1 abaixo podemos observar a vista aérea do Campus Posse, que possui definição de campus agrícola e está localizado na Fazenda Vereda do Canto, próximo à cidade.

Figura 1 – Vista aérea do Campus Posse



Fonte: Acervo do Campus Posse (2024).

- **O Público da Pesquisa**

O público da pesquisa são os discentes evadidos do curso Técnico em Agropecuária na modalidade Concomitante do Instituto Federal Goiano Campus Posse, no período de 2020 a 2021, considerando o caráter excepcional do ensino remoto durante a Pandemia da COVID-19.

A pesquisa foi aplicada a 92 discentes que evadiram do curso. A tabela 1 abaixo demonstra a situação de matrículas no período pesquisado:

Tabela 1 – Situação das matrículas no período 2020/2021

Técnico em Agropecuária concomitante	Total de matrículas	Masculino	Feminino	Discentes de zona rural	Deixaram de frequentar durante a pandemia	Aprovados para o próximo período	Concluiu o curso
Ano 2020	104	63	41	13	66	23	15
Ano 2021	42	22	20	5	26	9	7
Total no período	146	85	61	18	92	32	22

Fonte: Unidade de Registros Escolares do Campus Posse (2024).

Em relação aos discentes, identificamos o total de homens e mulheres, tanto da zona rural quanto da zona urbana e temos a seguinte situação por gênero, conforme demonstrados na tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Divisão por gênero dos discentes evadidos

Total de evadidos	92
Homens	62
Mulheres	30
Evadidos oriundos da zona rural	18
Homens	16
Mulheres	2

Fonte: Unidade de Registros Escolares do Campus Posse (2024).

O Campus Posse oferta uma turma de 40 discentes, para o Curso Técnico em Agropecuária concomitante a cada ano. A faixa etária dos ingressantes é bem diversificada, eis que o curso é na modalidade concomitante/subsequente, cuja exigência é que o discente esteja cursando no mínimo o 2º ano do ensino médio, ou seja, pode ingressar jovens que ainda nem terminaram o ensino médio, bem com adultos com qualquer idade, desde que já tenha concluído a referida fase. A média de idade dos discentes pesquisados foi de 17 a 40 anos. A escolha pelos discentes desse curso, como participantes dessa pesquisa, foi por se tratar de um curso com uma grande fragilidade em relação a evasão, por não se tratar de uma etapa obrigatória da educação básica e sim uma formação complementar. Com os discentes evadidos durante esse período foi aplicado um questionário semiestruturado, a fim de verificar os motivos e razões que levaram esses discentes a abandonarem o curso.

- **Os Instrumentos de Levantamento de Dados**

A pesquisa foi realizada com aplicação de questionário semiestruturado, aplicado através de formulário eletrônico, via *Google Forms*, a fim de identificar as múltiplas e complexas razões sobre evasão escolar e as principais dificuldades que os discentes encontraram para estudar durante o período pandêmico, que afetaram diversos aspetos da vida social e econômica do discente, como estresse, ansiedade, perda de pessoas da família para o COVID-19, frustração do objetivo do curso não presencial, falta de recursos financeiros.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), o uso de questionários possibilita as seguintes vantagens: economia de tempo, abrange um maior número de pessoas numa determinada área geográfica, permite respostas mais rápidas, maior liberdade e segurança nas respostas em virtude do anonimato, risco de distorção menor em razão de ter sido respondido sem a presença do pesquisador, a flexibilidade de responder aos questionamentos em um horário mais favorável.

Para identificar os discentes evadidos, bem como informações sobre matrículas do Campus, foi realizada uma pesquisa documental junto a Unidade de Registros Escolares do Campus Posse através de relatórios extraídos nos sistemas acadêmicos utilizados pelo IF Goiano (SUAP-Acadêmico e Q-Acadêmico). Foi realizada pesquisa bibliográfica visando identificar e diagnosticar o problema apresentado e documental do Campus, a fim de identificar se houve contrapartida da instituição para manutenção do discente Campus, como auxílio permanência, disponibilidade de acesso ao conteúdo e quais ferramentas foram disponibilizadas para os estudantes em razão da mudança do método de aula presencial para o remoto (*online*).

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética via Plataforma Brasil, sendo aprovado conforme Parecer nº 65721822.0.0000.0268 do CEP da Faculdade de Odontologia da UFRJ, e do Parecer nº 65721822.0.3001.0036 do CEP do Instituto Federal Goiano, a fim de garantirmos que o mesmo obedeça às exigências éticas e científicas para a realização da pesquisa na área de conhecimento em questão.

O questionário aplicado somente pode ser respondido pelos participantes que concordaram em dar ciência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), caso menor de idade.

- **Análise dos Dados**

A análise dos dados foi realizada através da Análise de Conteúdo de Bardin, a qual é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

A técnica da Análise de Conteúdo consiste em um procedimento metodológico aplicado, especialmente nas pesquisas qualitativas que partem do princípio de que a realidade não existe só, mas na interpretação que as pessoas fazem da realidade e a fala é a expressão

mais simples para comunicar a interpretação de um fenômeno, para identificarmos em suas próprias falas o universo a que remetem a sua realidade, sua visão de mundo.

Os dados foram analisados, observando-se as respostas obtidas no formulário eletrônico e em análise aos registros de matrículas do Campus Posse, embasando-os nas bibliografias que já discutem o tema pesquisado.

3 A PANDEMIA DA COVID-19 E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

3.1 A Pandemia da COVID-19

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define que a COVID-19 é uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2. Geralmente se espalha entre pessoas em contato próximo. O primeiro registro de infecção da COVID-19, se deu na província de Wuhan, na China, em dezembro de 2019 e foi estudada a princípio, como um tipo específico e desconhecido de pneumonia. Já em janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo Coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pois já haviam 19 países com casos de transmissão, conforme declaração do Diretor-Geral. A infecção pelo Coronavírus foi caracterizada como Pandemia em 11 de março de 2020, pela OMS. A partir de então, várias medidas foram tomadas para conter o avanço do vírus, sendo a que causou mais impacto foi a medida de isolamento social, “*lockdown*”.

A partir do surgimento, os primeiros casos da COVID-19, ocorridos na China foi em janeiro de 2020 e, os demais países passaram a monitorar o avanço da doença. Na Europa o epicentro da pandemia foi entre março e junho de 2020. O novo epicentro da pandemia ocorreu durante o segundo semestre de 2020, nas Américas.

Segundo Biernath, “em algumas semanas dos meses de julho a dezembro do ano passado, a situação ficava pior no Norte, com destaque para os Estados Unidos. Em outras, o agravamento era maior no Sul, com participação decisiva do Brasil” (Biernath, 2021, p. 1).

Conforme Lima *et al.* (2020):

Embora esperada, a chegada da pandemia à América Latina encontrou um continente enfraquecido pelo modesto crescimento econômico, quando comparado aos demais continentes; seu setor público (saúde, ciência e educação) debilitado pela redução dos investimentos em políticas públicas, como consequência das políticas de austeridade fiscal; com maior instabilidade política do que na década anterior; e enfraquecido em seus vínculos regionais pelo esgarçamento de estruturas como a UNASUL (União de Nações do Sul), o Mercosul (Mercado Comum do Sul), a OEA (Organização dos Estados Americanos) e a implementação tímida da CELAC (Comunidade de Estados Latino—Americanos e Caribenhos). Uma justaposição de debilidades se apresenta em vários países da região, onde a escassez de recursos aliada aos conflitos nacionais são potencializados pelas fragilidades dos instrumentos de governança regional, que por sua vez já sofriam os efeitos do enfraquecimento dos instrumentos de governança global, incluindo a própria OMS (Organização Mundial da Saúde). (Lima, *et al.*, 2020, p. 3).

Para Lima *et al.* (2020), com a pandemia de COVID-19 ficou evidente a complexa mudança nas relações entre espaço, tempo e doenças infecciosas. Ficando visível que o mundo

estava mais vulnerável à ocorrência e à disseminação global, tanto de doenças conhecidas, como novas. A integração das economias em todo o planeta permitiu: um grande aumento de circulação de pessoas e de mercadorias.

Em razão do alto nível de transmissão do vírus que passou a acelerar consideravelmente, a OMS buscou alternativas para contenção do vírus, como alertar sobre a importância da higienização das mãos e uso de máscara, sobre os riscos do alcance coletivo, além de proibir aglomeração de pessoas em espaços públicos por meio da quarentena e o *lockdown* (Garcia, 2020). O isolamento social e o *lockdown* em decorrência da pandemia atingiram economicamente diversos setores, além de agravar o desemprego a nível mundial (Machado; Malagolli, 2021).

As autoridades em saúde pública da OMS, recomendaram as seguintes medidas para fins de contenção do vírus: fechamento das escolas; fechamento do local de trabalho; cancelamento de eventos públicos; fechamento de transporte público; campanhas de informação pública; restrições ao movimento interno de pessoas; controles Internacionais de viagens; medidas fiscais; medidas monetárias; investimentos de emergência em saúde e investimentos em vacinas. Além das medidas constantes do plano nacional, os Estados e Municípios também tiveram que tomar providências para lidar com a crise (Koga *et al.*, 2020).

O Governo Brasileiro publicou em 30 de janeiro de 2020, logo após a declaração da OMS de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), inicialmente, quatro medidas federais foram adotadas para contenção do vírus, antes mesmo de ser registrado o primeiro caso de infecção no país (*idem*).

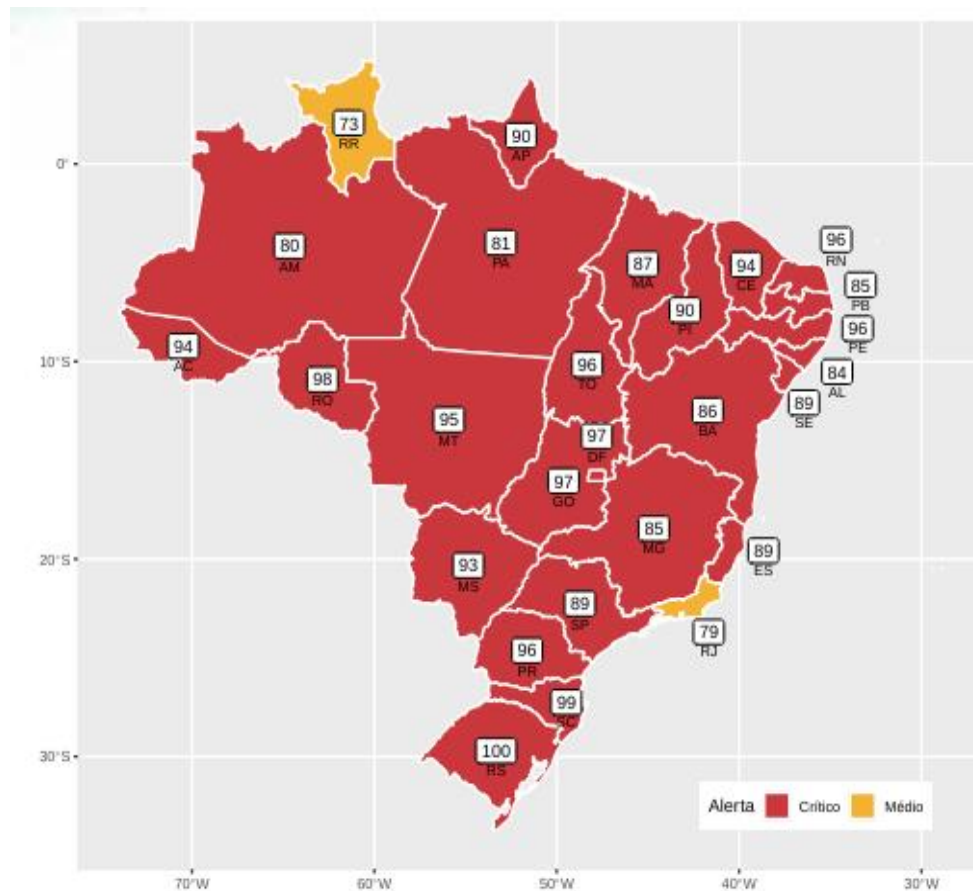
Visando melhorar a publicidade da legislação referente a COVID-19, o Governo Federal, através da Casa Civil criou o portal denominado “Legislação COVID-19”, com o objetivo de atualização diária dos atos normativos sobre a COVID-19. O primeiro ato foi a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). O Segundo ato foi a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019”. Outro ato foi a Medida Provisória (MP) nº 921, abrindo crédito extraordinário ao Ministério da Defesa para retirada de brasileiros do território chinês, e publicada a Portaria MS nº 356, que trata da regulamentação e operacionalização dos dispositivos da Lei nº 13.979/20. Tal portaria discorre sobre as hipóteses de isolamento e quarentena e reconhece a competência dos três entes federativos na determinação da quarentena em seus territórios.

No entanto, o então Presidente da República à época, ignorou a gravidade da situação pandêmica do Coronavírus, chegando ao ponto de dizer se tratar de apenas uma “gripezinha”, ocasionando aos seus seguidores o posicionamento contrário as medidas de *lockdown* (Dias, 2022). Ainda, segundo o autor,

O Brasil jamais esquecerá o enorme descompasso no combate à pandemia, que levou a mais de 663 mil mortes de brasileiros e brasileiras pela COVID-19, número certamente que não leva em conta um elevado índice de subnotificação. Não fossem a pressão de setores organizados da sociedade, os governadores, estados e municípios que, graças ao STF, assumiram o protagonismo no combate à pandemia, não fossem as sociedades científicas e médicas, os profissionais da área de saúde, o SUS, as universidades e os institutos de pesquisas públicos, como Butantan e Fiocruz, e boa parte da imprensa brasileira, a situação seria muito pior (Dias, 2022, p. 1).

Diante do desgoverno, por parte do Governo Federal, para enfrentamento da COVID-19, o Sistema de Saúde brasileiro entrou em colapso. Desde o início, faltaram testes para diagnóstico do vírus. Conforme Boletim do Observatório COVID-19, da Fiocruz, de 16 de março de 2021, quando a capacidade de resposta, como as ações desenvolvidas pelos serviços e sistemas de saúde, se apresentou em uma situação extremamente crítica ou mesmo em colapso, como foi visto em quase todo país, foram incapazes de atender às necessidades de todos os pacientes graves e levando os trabalhadores da saúde a situações de exaustão. Estávamos próximos ou diante de uma catástrofe. Durante o mês de março do ano de 2021, a taxa de ocupação de leitos de UTI para a COVID-19, estava acima de 80% na maioria dos estados brasileiros. A figura 2 abaixo, demonstra o índice de ocupação de leitos de UTI em cada estado brasileiro:

Figura 2 – Mapa da taxa de ocupação de leitos de UTI para COVID-19



Fonte: Fiocruz (2020).

O pico da pandemia no Brasil ocorreu nos anos de 2020/2021, sendo o ano de 2021 o que mais teve casos de infectados e consequentemente de mortes, conforme relatório do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), até abril de 2024. No país foram registrados mais de 700 mil óbitos, conforme tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Casos e óbitos confirmados no Brasil

Brasil		
CASOS E ÓBITOS CONFIRMADOS		
Ano	Casos	Óbitos
2020	7.716.405	195.725
2021	14.573.707	423.349
2022	14.041.169	74.779
2023	1.879.583	14.785
2024	581.133	3.326
Total	38.791.997	711.964

Fonte: CONASS (2024).

Contudo, no Estado de Goiás, até abril de 2024, foram registrados 2.033,710 casos e um total de 28.567 óbitos. A tabela 4 abaixo apresenta os dados obtidos:

Tabela 4 – Casos e óbitos confirmados em Goiás

Goiás		
CASOS E ÓBITOS CONFIRMADOS		
Ano	Casos	Óbitos
2020	309.194	6.805
2021	638.713	17.890
2022	876.073	3.071
2023	160.694	681
2024	49.036	120
Total	2.033.710	28.567

Fonte: CONASS (2024).

O Município de Posse, localizado na região nordeste do estado de Goiás, com uma população de 34.914 pessoas, conforme censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando atender as normas de combate ao Coronavírus, publicou o Decreto nº 379, de 17 de março de 2020, criando o Comitê de Gestão da Crise do Coronavírus (COVID-19), para validar e impulsionar as ações governamentais, com poderes consultivos, no âmbito do município.

Conforme dados no portal Painel Coronavírus – COVID-19, do Ministério da Saúde, até o mês de março do ano de 2024, o município teve 7.272 casos registrados e um total de 66 óbitos.

Seguindo as orientações e recomendações da OMS, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e de vários órgãos reguladores da saúde, a União, os Estados e Municípios elaboraram seus planos para medidas de prevenção contra a COVID-19, publicando Decretos, Portarias, Notas Técnicas, e diversos outros documentos com as orientações a serem seguidas por todos.

Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Posse-Goiás, publicou o Decreto nº 379, de 17 de março de 2020, para compor o Comitê de Gestão da Crise do Coronavírus (COVID-19), visando validar e impulsionar as ações governamentais, com poderes consultivos, no âmbito do Município (Posse, 2020).

Visando conter a propagação do vírus, a Prefeitura também publicou vários outros decretos suspendendo algumas atividades comerciais restringindo o atendimento ao público, a fim de evitar aglomerações.

3.2 A Educação na Pandemia

No âmbito da educação, as medidas de controle referentes a COVID-19 atingiram diretamente as escolas, em todos os níveis de ensino. Segundo Oliveira, Lisbôa e Santiago (2020, p. 18-19):

Adentrando na área escolar, sabe-se que as instituições de ensino possibilitam e requerem a ocorrência de contatos muito próximos entre alunos, professores, gestores e outras pessoas que nelas trabalham e, conseqüentemente, a proximidade entre esses sujeitos é muito grande, assim, se corre o risco de a infecção causada pelo COVID-19 se tornar muito perigosa.

Neste contexto de conter a contaminação pela COVID-19, visto que a medida principal foi o isolamento social, as escolas foram fechadas e tiveram que se reorganizarem para minimizar os impactos sobre o processo de ensino-aprendizagem dos discentes. De forma repentina, as aulas foram migradas para o sistema remoto por meio das tecnologias digitais, através da *internet*. Para Freitas (2023):

Com essa nova configuração as tecnologias ganharam protagonismo no processo de ensino-aprendizagem, e assim várias questões podem ser levantadas, tais como: 1-os professores possuem capacidade para lecionar por meio das tecnologias digitais; 2- os alunos têm acesso a essas ferramentas; 3-num país marcado pela desigualdade alunos de escolas públicas conseguem acompanhar a nova dinâmica escolar; 4- tendo em vista que as aulas acontecem de forma remota os pais conseguem auxiliar os alunos; 5- até que ponto os alunos dos anos iniciais conseguem aprender sem o contato com os professores (Freitas, 2023, p. 3).

Para os autores Ortega e Rocha (2020), esse novo modelo de ensino compromete o desenvolvimento dos discentes, tendo em vista que alguns pais e estudantes podem enfrentar “falta de acesso à computadores/*notebook* e banda larga de qualidade, falta de recursos materiais e financeiros para que os pais possam ficar em casa, acompanhar e cuidar da educação e da saúde de seus filhos”. Considerando ainda esse contexto os autores asseveram que os pais: “Não podem manter seus filhos estudando, porque não têm equipamentos ou acesso à *internet* de alta velocidade e, nesse caso, a educação remota de seus filhos também está ameaçada ou até mesmo inviabilizada” (Ortega; Rocha, 2020, p. 304).

Em meio à crise da pandemia, as instituições de ensino, observando os protocolos de isolamento social, foram autorizadas a funcionar de forma remota. Em 3 de abril de 2020, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou a Portaria nº 376 que dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio enquanto durar a situação de

Pandemia da COVID-19. Em caráter excepcional, a Portaria autorizava as instituições integrantes do sistema federal de ensino quanto aos cursos de educação profissional técnica de nível médio em andamento, a suspender as aulas presenciais ou substituí-las por atividades não presenciais por até 60 dias, prorrogáveis a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital. O MEC autorizou a substituição de disciplinas presenciais por aulas que utilizassem meios de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em cursos que estão em andamento. Após a autorização, as instituições regulamentaram o formato das atividades, bem como, definiram os meios de execução e iniciaram o processo de utilização do formato remoto para as atividades acadêmicas, sendo algumas instituições iniciando de forma imediata e outras mais tardiamente (Rodrigues; Haddad, 2024).

A autorização, em caráter excepcional, da substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, foi inicialmente planejada para se estender até 31 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020). Todavia, acabou se prolongando por todo o ano de 2021, conforme homologação do Parecer nº 19 de 2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2020).

O Brasil é um país com dimensão continental e que apresenta características diferentes em cada região. Pensar em educação num país cujas desigualdades sociais, econômica e territorial se tornam uma problemática para atingir o objetivo, historicamente pode-se observar o problema existente antes mesmo do período pandêmico, o qual tornou mais grave. A mudança repentina na modalidade de aula presencial para não presencial, impactou principalmente para as regiões interioranas e para a população menos favorecida. O acesso à tecnologia não é igual para todos, sendo que em muitas regiões do Brasil ainda é um problema a ser resolvido. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022, realizada pelo IBGE, no ano de 2021, a internet chegava a 92% dos domicílios urbanos e 74% dos domicílios rurais. Contudo, o acesso a equipamentos não é homogêneo. Quando são separados por rede de ensino, têm-se diferenças significativas no uso do computador, da televisão e do *tablet* para acessar a *internet*. Em 2021, enquanto 80,4% dos estudantes da rede privada acessavam a *internet* pelo computador, esse percentual era de apenas 38,3% entre os estudantes da rede pública (IBGE, 2022).

Várias ferramentas tecnológicas do *GSuite* para educação, foram utilizadas pelas instituições de ensino brasileiras para a viabilização do processo de ensino-aprendizagem de forma remota, principalmente, o *Google Classroom*, o *Google Meet*, o *Google Forms* e o *Youtube*, (Rodrigues; Haddad, 2024). Ainda, segundo os autores:

O uso do *Google Meet* como ferramenta de ensino e aprendizagem foi uma das alternativas mais significativas nesse processo, uma vez que possibilitou a interatividade entre alunos e professores, com a presença de atividades colaborativas que corroboraram para a aproximação do que se propõe no ensino presencial, posto que nesse contexto foi possível confirmar a execução de atividades propostas em tempo real para os estudantes, além de garantir a interação com os colegas de turma, fator fundamental em tempo de isolamento social (Rodrigues; Haddad, 2024, p. 6).

Para Nakano *et al.* (2021), o uso das tecnologias possibilita o acesso ao ensino *online*, mas é necessário possuir os equipamentos próprios como computador, *tablet* ou *smartphone* e ter acesso à *internet*, no entanto, essa não é a realidade de grande parte dos discentes fazendo do ensino remoto muito distante da realidade de muitas crianças e jovens. Tornando assim em barreiras de acesso para a aquisição de oportunidades e experiências iguais de aprendizagem aumentando, ainda mais, as desigualdades.

No Estado de Goiás, seguindo as determinações constantes do Decreto nº 9633 de 13 de março de 2020, o qual ficou decretada situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, tendo em vista a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), nos termos da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro de Estado da Saúde, foi autorizada a suspensão das aulas escolares, nos estabelecimentos públicos e privados, conforme critérios epidemiológicos e assistenciais determinados pela autoridade sanitária, sendo que posteriormente, em razão do avanço da pandemia, foi autorizado o ensino de forma remota.

O Instituto Federal Goiano, visando atender as exigências das autoridades em saúde pública, bem como prevenção do Coronavírus, seguindo as recomendações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SECTEC/MEC, a qual recomendou através do Ofício-Circular nº 23/2020, de 10 de março de 2020, a adoção das medidas propostas pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Vigilância em Saúde, no que se referia aos procedimentos de higiene e limpeza. Para tanto, publicou portarias e comunicados a todos os *campis*, com as orientações a serem seguidas.

Ainda seguindo as orientações da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, O IF Goiano decidiu suspender as aulas por 15 dias, do dia 16 a 30 março de 2020. No entanto, manteve-se as atividades administrativas. Logo em seguida, autorizou o trabalho remoto para os servidores que se enquadravam como grupo de risco e em seguida autorizou a execução dos serviços não-essenciais totalmente de forma remota. Após a suspensão do calendário acadêmico diante da situação agravante da Pandemia da COVID-19 e, novamente seguindo todas as recomendações

e determinações dos órgãos responsáveis pela vigilância e saúde pública, o IF Goiano publicou a Portaria nº 731, de 16 de abril de 2020, que autorizou a retomada do calendário acadêmico, de forma não presencial, com a utilização de meios e ferramentas de tecnologias de informação e comunicação por meio da Educação a Distância (EaD) e, centralizando essas ações no AVA Institucional, (plataforma *moodle*), que é o Ambiente Virtual de Aprendizagem, já utilizado na Instituição (IF Goiano, 2020).

No IF Goiano, as atividades administrativas e acadêmicas permaneceram de forma remota durante o período de abril de 2020 até outubro de 2021, quando então houve uma diminuição considerável dos casos de transmissão do Coronavírus em razão das vacinas, razão pela qual o Reitor do IF Goiano publicou a Portaria nº 1074 de outubro de 2021, com as orientações para o retorno gradual das atividades presenciais (IF Goiano, 2021).

Em relação a evasão escolar, durante o período de pandemia, realizamos um levantamento do total de discentes cursando antes, durante e após o ano de 2020, que foi o pico da pandemia e quando foi implantado o regime de aulas remotas. Conforme análise das matrículas junto a Unidade de Registros Escolares do IF Goiano Campus Posse, obtivemos as seguintes informações:

- Em 2019, o campus Posse iniciou o ano letivo com 376 discentes cursando e terminou com 322 discentes cursando. A evasão no ano letivo de 2019, foi de 15%.
- Em 2020, antes de ser decretada as medidas de prevenção, o campus Posse iniciou o ano letivo com 644 discentes. Já no segundo semestre do ano de 2020, o campus estava com 289 discentes cursando. Ou seja 55% dos discentes deixaram de frequentar os cursos.
- No ano letivo de 2021, tendo em vista a situação da pandemia, o Campus deixou de ofertar algumas turmas, iniciando o período com 468 discentes. Já no segundo semestre, estava com 359 discentes cursando, ou seja, um índice de evasão de 23%.

As altas taxas de evasão escolar durante o período da pandemia, podem ter ocorrido em razão das mudanças repentinas das atividades acadêmicas, principalmente com o ensino remoto, que passou a fazer parte do cotidiano dos discentes, professores e profissionais da educação. As escolas, universidades e institutos federais, tiveram as aulas suspensas em razão das medidas restritivas de combate ao vírus. Após normativas do MEC, conforme Portaria nº 343 de 17 de março de 2020, foi autorizado o ensino remoto de forma emergencial. No entanto, as formações e instrumentos oferecidos pelas secretarias de educação muitas vezes não foram

suficientes para que professores e profissionais da educação pudessem efetivar o trabalho pedagógico de maneira eficiente no formato remoto emergencial (Troitinho *et al.*, 2021, p. 3). Ainda segundo os autores,

esse novo e inesperado cenário educacional exigiu dos professores e professoras, técnicos educacionais, alunos e alunas, pais e mães ou responsáveis mudanças radicais frente ao uso das tecnologias digitais. Muitos não dominam os recursos tecnológicos ou, quando o usam, o fazem com outros fins. No caso específico dos professores, além de tudo, são obrigados a serem criativos na transformação de recursos tecnológicos anteriormente utilizados apenas para se comunicar, como recursos pedagógicos eficazes para o ensino-aprendizagem, e para além disso, manter o interesse do aluno na aula (Troitinho *et al.*, 2021, p. 4).

Diante da necessidade de adequações para prosseguimento das rotinas da população, considerada assim como o novo normal, a sociedade foi se organizando seguindo todos os protocolos implantados pelos órgãos de controle em saúde pública. No entanto, essas mudanças de hábito de forma repentina, causaram impactos que podem ser irreparáveis ou que levarão anos para retomarem como antes da pandemia.

Conforme Silveira e Dornelles (2021),

o processo de mudança das aulas presenciais para remotas, bem como os efeitos sociais gerados pela Pandemia da COVID-19 (distanciamento social, mudança de rotina e riscos do contágio), foram fatores que potencializaram, consideravelmente o surgimento ou manifestação de transtornos psicológicos. O elevado índice de afastamento das atividades dos docentes na instituição se mostrou significativo durante o período pandêmico (Silveira; Dornelles, 2021, p. 9).

As pessoas, principalmente os jovens, planejam o seu futuro e criam os seus projetos de vida, os quais foram interrompidos ou tiveram que ser adiados. No próximo capítulo dissertaremos sobre esses projetos de vida e os impactos causados com o advento da Pandemia da COVID-19.

4 PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS E O ADVENTO DA PANDEMIA

4.1 Definições de Projetos de Vida

No sentido geral, projeto de vida é o ato de nos tornarmos conscientes, capazes de traçar e avaliar nossos roteiros de aprendizagem, nossos valores, competências, capacidades, dificuldades, para assim podermos seguir nossos caminhos com mais propriedade e assertividade. Nos desenvolvemos e aprendemos sempre, em um exercício constante de descobertas, aumentando sempre nossa percepção, aprendendo com os erros, sabendo que teremos um roteiro de construção, revisão e reconstrução por toda a vida.

Durante a infância e na juventude é costumas ouvir das pessoas mais velhas, seja na família, na escola ou na sociedade em geral, o seguinte questionamento: O que você quer ser quando crescer? Muito se atrela esse questionamento no que se refere a profissão que a pessoa pretende exercer futuramente. No entanto, a criança ou adolescente, está iniciando a vida em sociedade, talvez sua resposta naquele momento é totalmente destoante da sua profissão futura. O que o indivíduo se tornará no futuro, dependerá muito da sociedade em que convive, bem como do seu projeto de vida para o futuro, com as possibilidades que lhe serão oferecidas. Pereira e Souza (2020) partindo de um embasamento sobre projeto de futuro esclarecem que:

[...]a realização de um projeto de futuro como a aquisição de uma profissão vai depender do campo de possibilidades a que cada pessoa tem e terá acesso no decorrer de sua vida. Esse campo pode se ampliar ou se reduzir de acordo com as relações sociais que se estabelecem no tempo e no espaço. Para os/as jovens, é um momento de grandes dilemas e incertezas, pois a escolha de uma profissão não é um ato simples, uma aventura, é antes de tudo uma decisão que envolve muitos elementos e que se direciona para a realização pessoal (Pereira; Souza, 2020, p.3).

Temos consciência que o ser humano desde muito cedo já começa a busca de um sentido, um propósito para a própria vida, sabemos que muitas vezes essa é uma questão que gera ansiedade e preocupações.

A busca de sentido e de propósito para a vida é uma preocupação presente na história da humanidade há muitos séculos. Sempre foi projetos de inúmeras reflexões na filosofia, na ciência, na religião, que já construíram inúmeras teorias sobre o sentido da existência humana. Cada um de nós, em algum momento da vida, se defronta com essas questões e também busca respostas e ações que deem sentido ao nosso viver (Araujo; Arantes; Pinheiro, 2020, p.7).

Sabemos que a família, os amigos, professores, escola em si e todos do meio social que esses jovens vivem, desempenham papéis importantes e fundamentais no processo de construção da sua identidade, da sua personalidade. Desempenhando, portanto, funções indispensáveis na construção dos projetos de vida, já que nessa elaboração ele levará em consideração todo autoconhecimento e do meio que tiver agregado ao longo de sua trajetória. Assim podemos afirmar o papel fundamental que a escola desempenha na construção da identidade desse jovem, sendo indispensável para o seu futuro. A construção de projetos de vida requer esforço pessoal, descoberta, curiosidade, empenho e, em especial, o apoio e o direcionamento de amigos familiares e dos demais adultos dos diversos meios educativos em que os jovens estão inseridos.

Para compreendermos sobre projetos de vida, é necessário fazer uma síntese da definição por diversos autores como Boutinet (2002), Velho (2003), Machado (2004) e outros. O conceito de projeto tem amplo significado e, conforme Boutinet (2002), ganhou destaque nas produções filosóficas na primeira metade do século XX, embasado na capacidade de transformação inerente à espécie humana (Alves; Dayrell, 2015).

Conforme Machado (2004), o projeto é diretamente relacionado com valores. As pessoas desenvolvem projetos fundamentados nos valores que orientam seu modo de ver o mundo, os valores adquiridos do meio em que vive, seus anseios individuais e únicos. O projeto possui característica essencial para o entendimento dessa categoria, que é o caráter indelegável e intransferível da ação projetada, alertando que “não se pode projetar pelos outros” (Machado, 2004, p. 7).

Quando se fala em projeto, remete-se a ideia de uma antecipação intencional do futuro para dar sentido ao presente, marcado pela incompletude e pela insatisfação da finitude do humano existir (Gonçalves, 2006). Ainda, segundo o autor, “o projeto é uma condição imprescindível de viabilização da existência humana” (p. 13). Uma antecipação que já traz rumos e propósitos, mesmo com a prerrogativa da alteralidade a qualquer momento, isso dá ao ser humano certa segurança, estabilidade, uma sensação de estar no comando de suas escolhas. Por outro lado, é importante destacarmos que o momento da juventude é algo que traz muitas incertezas quanto ao futuro. Assim, mesmo elaborando seus projetos de vida, os jovens podem sofrer a angústia de não conseguirem realizar aquilo que projetaram.

A definição de projeto conforme Boutinet (2002) é como uma antecipação justificada em experiências prévias, argumentando que:

Um grande número das realizações que concretizam a experiência humana é anteriormente interiorizadas, refletidas, antecipadas e orientadas pelo mecanismo do projeto. Este evitará que o indivíduo se deleite na compulsão da repetição, esforçando-se para criar o inédito, um inédito que mantenha um secreto parentesco com a experiência já realizada do indivíduo, com sua história pessoal. É esse parentesco, essa convivência não confessa – porque dificilmente observável – que dará significação ao projeto (Boutinet, 2002, p. 270).

Para Velho (2003, p. 104), o projeto de vida é um processo “dinâmico e permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussões nas suas identidades”. Ainda, segundo o autor, a realização do projeto se consubstancia através da identidade e do conhecimento da realidade na qual o sujeito vive e, ainda, dos meios de que dispõe para garantir sua sobrevivência, no que o autor define como “o espaço para formulação e implementação de projetos” (Velho, 2003, p. 40).

Para o autor, o projeto, mesmo sendo algo de cunho particular, é notável a interação dos sujeitos dos projetos com outros indivíduos de modo que possam partir do que Velho (2003) chamou de campo de possibilidades. Esse campo é circunscrito dentro de uma realidade histórica, social e cultural que se torna o fundamento, enquanto o projeto ocupa o lugar de figura central na vida desse indivíduo. Ainda, segundo o autor, o projeto de vida é influenciado por valores, espaços, instituições, enfim, por tudo aquilo que oferece suporte para que as pessoas possam fazer escolhas e ter diferentes tipos de condutas, isto é, que lhe dão diferentes tipos de possibilidades (*idem*).

Hernández (2000), define projeto como sendo um subsistema psicológico principal da pessoa em suas dimensões essenciais de vida, é um modelo ideal sobre o qual o indivíduo espelha o que quer ser e fazer, que toma forma concreta na disposição real e suas possibilidades internas e externas de realizá-lo, definindo sua relação com o mundo e consigo mesmo, sua razão de ser como indivíduo em um contexto e tipo de sociedade determinada.

Para se planejar de forma adequada é importante se esforçar, se conhecer e entender suas habilidades e aptidões, para então poder estudar e projetar adequadamente suas pretensões. O projeto de vida pode sofrer alterações no decorrer do tempo, podendo permanecer com o mesmo roteiro estabelecido inicialmente para a vida ou mesmo mudar completamente, conduzindo para um recomeço total dos projetos e sonhos. O bom da vida é que é permitido recomeçar, refazer os caminhos, projetos e sonhos.

4.2 Juventudes e Projetos de Vida dos Jovens Rurais

Compreende-se que é na juventude que se consolida a autonomia intelectual, física, moral, econômica, social e cultural do indivíduo. É onde ocorrem transições fundamentais para definição de aspirações e trajetórias de vida da pessoa. É nessa fase da vida que os projetos são mais atenuantes, eis que os jovens planejam sua independência e buscam a preparação para a vida adulta.

Os jovens, sob a ótica da orientação da idade cronológica segundo o IBGE, são pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Para fins de Políticas Públicas, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 16 e 29 anos. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desde 2005 tem se envidado esforços que permitam a construção de uma Política Nacional de Juventude. A Secretaria Nacional de Juventude, criada em 2005, tem como compromissos formular pesquisas e diagnósticos sobre a juventude, bem como elaborar e executar políticas públicas aos jovens, tem feito constantemente apelos para que os diversos ministérios, no planejamento e na execução das políticas setoriais, considerem as singularidades da juventude, levando em conta suas estratificações etárias – de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

Conforme Abramovay (2011), a definição da idade para considerar um jovem é:

levando em conta o aumento do tempo dedicado à formação escolar e profissional, a permanência maior com as famílias de origem, assim como as dificuldades para se conseguir principalmente o primeiro emprego, o que implica na necessidade de mais proteção social quanto a vulnerabilidades e a ideia de que em tal faixa de idade não se deveria precisar trabalhar, mas estar apenas estudando para conseguir melhor colocação na vida e ter mais tempo para formação, ou em trabalhos que colaborassem na formação dos jovens (Abramovay, 2011, p. 7).

A juventude é iniciada logo após a fase da adolescência, através de transformações biológicas, psicológicas e de inserção social. Constitui um momento determinante, mas que não se reduz a uma passagem. Nesse momento o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades e os limites de sua vida em todas as dimensões desde as físicas, psicológicas, afetivas até a profissional (Notato; Dayrell, 2021). Nessa fase de transição, o indivíduo se molda conforme o ambiente social em que está inserido, as suas condições sociais, levando em consideração a diversidade cultural (religiosa e valores familiares), a diversidade de raça, gênero, de orientação sexual e até as diferenças territoriais. Diante dessa diversidade de fatores, deve-se tratar o termo como juventudes.

Para Carneiro (2005), da mesma forma como se deve falar no plural para o termo geral “juventude”, também é preciso assim o fazer quando fala-se em juventude do campo, considerando que são jovens que possuem diferentes identidades e condutas, que são influenciados por fatores históricos, sociais e culturais diferenciados, sem contar as diferenças regionais, a relação campo-cidade, as diversidades étnicas e de gênero, dentre tantos outros fatores que influenciam em seu dia a dia e nos projetos de vida que criam e que lutam para colocar em prática.

Nessa mesma perspectiva, Almeida e Alves (2021), colocam que

os/as jovens vão se (re)constituindo, se reconhecendo e se projetando dentro do seu campo de possibilidades, ou seja, as condições estruturais e conjunturais, balizadas pelos limites e possibilidades de ordem social, histórica, econômica, cultural, territorial e pessoal, aos quais os/as jovens e seus projetos estão submetidos. (Almeida; Alves, 2021, p.28).

O jovem rural difere do jovem urbano não apenas pela questão de localização geográfica campo-cidade. Quando se trata de jovens rurais, esses fazem parte de um grupo que são excluídos socialmente pois enfrentam vários obstáculos para participar da vida econômica e política. Em comparação com os jovens urbanos, os jovens rurais possuem maiores taxas de pobreza, menores taxas de acesso à educação e aos serviços básicos, entre outros.

Para os autores Pereira e Souza (2020):

no caso da juventude rural, esta deve ser compreendida na sua dupla dinâmica social, tendo em vista se tratar de uma categoria que está inserida numa dinâmica territorial que envolve a casa (relações familiares), a vizinhança (relações de comunidade) e a cidade (relações com o mundo urbanoindustrial), assim como a dinâmica temporal, marcada pelas relações com as tradições familiares e de parentesco, e que, por sua vez, orientam suas práticas e estratégias atuais e de futuro (Pereira; Souza, 2020, p. 3).

Dentro do território rural, o jovem, na maioria das vezes, estará inserido em diversas sociedades ruralísticas, como: agricultores familiares, assentamentos, camponeses, ribeirinhos, quilombos, floresta/indígenas, pescadores dentre outras. Os jovens rurais são aqueles que vivenciam e participam da unidade produtiva familiar, inserindo-se numa realidade em que o universo do trabalho e o da vida se misturam. Construindo sua subjetividade dentro de um território concreto e simbólico marcado pela desigualdade com seus pares urbanos. Os jovens rurais carregam um estigma por viverem no campo, espaço frequentemente associado a uma imagem de atraso, pobreza e desqualificação (Castro, 2007).

A juventude rural é mediada por uma invisibilidade social que se concretiza na dificuldade de acesso a direitos básicos, bens, serviços ou oportunidades, aos quais jovens urbanos conseguem usufruir mais facilmente, observando assim que existe uma lacuna entre o mundo urbano e rural, muito embora no traçado geográfico brasileiro frequentemente esses espaços se encontrem territorialmente próximos (Wanderley, 2007). Carneiro (1999) explicita que a juventude rural consiste em na

faixa demográfica que é afetada mais dramaticamente por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura (Carneiro, 1999, p. 97).

O campo vem sofrendo profundas transformações, sobretudo pela implantação de políticas de modernização capitalistas na agricultura, que tem como marco, o investimento nas grandes propriedades, ou seja, no latifúndio e no agronegócio, em detrimento da pequena propriedade, da agricultura familiar. Esse cenário tem dificultado a permanência do homem e da mulher no campo, pois a terra que se configura como elemento central e necessário para a permanência da família tornou-se uma incerteza tanto no processo de produção, quanto a própria sucessão (Abreu *et al.*, 2020).

Neste contexto, a juventude do campo vive na dualidade das contradições, de um lado pelo modo de produção econômica e suas consequências para a própria continuidade da vida nesse espaço e, de outro lado, a necessidade de continuar o processo formativo como forma de mudar sua realidade pessoal e coletiva, desenham um instigante projeto de vida adulta que desde cedo acompanham esses jovens em suas avaliações e projeções de futuro.

O êxodo de jovens do campo para a cidade é marcado pela busca de melhores oportunidades de trabalho, educação e lazer. Muitos jovens rurais buscam a formação profissional visando melhores condições de vida e renda. As condições de vida no campo fazem com que uma parcela dos jovens e das jovens rurais opte pela saída para os centros urbanos em algum momento de suas vidas. Parte desse universo é formada pelos filhos e filhas de pequenos produtores rurais. As difíceis condições econômicas e de trabalho são fatores que inviabilizam a permanência daqueles que poderiam dar continuidade às atividades ligadas ao cultivo da terra (Zago, 2016).

Pode-se destacar como questão relevante, o perfil destes jovens “do campo”, a incidência de mulheres assumindo a formação técnica com competitividade e empenho. A formação profissional destes jovens e o horizonte de trabalho e formação que não

necessariamente encontra espaço de concretude em suas vidas, mas que fazem parte dos seus sonhos.

Portanto, as trajetórias dos jovens rurais não são lineares pois apresenta alta mobilidade, tanto geograficamente quanto em relação aos seus projetos de vida. Os jovens transitam, migram, retornam, estudam e mudam suas expectativas, sem uma ordem específica, não estando estritamente vinculados ao local onde nasceram. A migração dos jovens rurais ocorre principalmente pelo motivo de estudos e por trabalho. Por estudos, muitos jovens buscam acesso à universidade, os que conseguem, dificilmente retornam para seu local de origem, porém mantém vínculo com o meio rural, mas com o tempo perdem a sua identidade. Já os jovens que migram em busca de empregos melhores, normalmente encontram somente empregos não qualificados nos grandes centros, e devido ao alto custo de vida da cidade, muitos retornam ao local de origem.

Conforme Marinho (2014),

Essa realidade no campo se torna cada vez mais frequente entre os jovens que desejam dar continuidade aos estudos, pois a maioria das comunidades rurais só possui escolas de ensino fundamental, tendo esses jovens que deixarem suas comunidades e suas famílias para continuar os estudos na cidade. Essa mobilidade espacial, proporcionada pela falta de escolas ou pela constituição de escolas nas áreas urbanas, contribui para que o vínculo com a terra diminua, ou até mesmo, seja rompido. O mesmo acontecendo com a coesão da unidade familiar, aumentando a despesa e principalmente diminuindo a força de trabalho da família. (Marinho, 2014, p. 166).

Neste cenário de migração rural, verifica-se a predominância do êxodo de mulheres. Para Spanevello (2008), o êxodo rural de mulheres evidencia a dinâmica sucessória na agricultura familiar. A permanência da mulher no campo ocorre quando a dinâmica sucessória envolve mulheres quando são filhas únicas, quando na família há apenas filhas, pela herança da propriedade, ou também quando os filhos homens não querem assumir a propriedade. A partir da lógica descrita, é coerente considerar que a divisão sexual do trabalho é orientada por normas de gênero, historicamente construídas, que produzem e regulam as noções de feminino e masculino.

Para Abramovay (1999), o êxodo rural brasileiro permanece muito significativo, em especial com a juventude rural, no entanto, os núcleos urbanos absorvem seus migrantes rurais de forma precária, pois os jovens rurais são exatamente os que maiores dificuldades vêm encontrando em sua integração aos mercados urbanos de trabalho. Para o autor, a saída do meio rural não significa o acesso às condições mínimas próprias da vida urbana. As modificações tecnológicas na cidade e na área rural expulsaram o trabalhador do campo, mas também não

possibilitaram sua inserção nas metrópoles até os dias atuais, dada a dificuldade para aqueles que têm pouca escolaridade e quase nenhuma qualificação profissional. A migração dos moradores do meio rural para a cidade advém várias causas, como por exemplo: a seca que castiga algumas regiões do país, a falta de incentivo agrícola, os baixos preços de produtos, a precariedade das condições de vida em boa parte das áreas rurais brasileiras (Siqueira, 2012, p. 8),

No Brasil, a agricultura familiar encontra muitas dificuldades para o desenvolvimento da produção como exemplo: baixa capitalização, acesso às linhas de crédito oficiais, acesso à tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, acesso à assistência técnica à produção rural, e acesso aos mercados modernos. Características como: multisetoriedade rural; diversidade produtiva (através de sistemas integrados de produção animal, vegetal, e manejo florestal); e tipo de mão-de-obra utilizada na produção; são comuns a um grande universo de pequenos agricultores familiares (Bianchini, 2005).

O Governo Federal criou algumas políticas públicas para este segmento rural, visando atender as especificidades da agricultura familiar como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, cuja finalidade é a de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural. (Brasil, 1996). Em 2023, o Governo Federal instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, com o objetivo de promover o acesso à alimentação, à segurança alimentar e à inclusão econômica e social voltados a agricultura familiar (Brasil, 2023). Em 2009 foi criado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da Lei 11.497, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar (Brasil, 2009). Essas políticas públicas visam a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, visando fomentar renda no campo, a qual contribui para a permanência dos jovens no campo

Outra política pública a nível federal voltada para a educação dos povos do campo, floresta e águas foi criado: o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que foi criado pela Portaria nº 10/98, do então extinto Ministério Extraordinário da Política Fundiária (Brasil, 1998). É uma política direcionada a jovens e adultos moradores de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra, quilombolas, professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias, além de pessoas atendidas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Um dos princípios político-pedagógicos do programa é a relação da educação e do desenvolvimento territorial como condição essencial para a qualificação do modo de vida dos assentados, utilizando metodologias voltadas para a

especificidade do campo. Nesta direção, também atua na capacitação e na escolarização de educadores.

Criado em 16 de abril de 1998, o Pronera completou 26 anos em 2024, os quais já foram ministrados 545 cursos para 192.764 estudantes em todos os estados brasileiros. As formações abrangem desde alfabetização e escolarização no ensino fundamental e médio, passando pela formação profissional integrada, concomitante ou não com o ensino médio, até graduação e pós-graduação.

Atualmente, estão em execução 27 cursos, atendendo 3,2 mil estudantes. Para 2024 e os anos que seguem, planeja-se a inserção de mais 5,9 mil jovens e adultos em 53 novos projetos educacionais.

Realizado pelo Incra em parceria com instituições de ensino, governos estaduais e municipais e movimentos sociais e sindicais, o Pronera surgiu com a proposta de democratizar o acesso à educação pública de qualidade, nos vários estágios de ensino, para as populações do campo, da floresta e das águas. (Incra, 2024).

De qualquer forma, a educação em áreas rurais, até o presente momento, sofre pela estrutura precária, física (por conta dos prédios e das condições da região – quanto a luz, saneamento etc.) e humana (quantidade de professores, gestores e mesmo a formação destes). Quando na verdade necessita de investimentos em muitos casos tão grandes, ou maiores, do que as escolas urbanas, principalmente no ensino técnico (Costa, 2018). Os *campi* dos Institutos Federais, em boa parte, num determinado momento adotaram, por exemplo, o modelo de escola-fazenda, com ofertas de cursos voltados para o desenvolvimento regional, os quais dispõe de infraestrutura e professores com alto grau de formação, possibilitando o jovem do interior a obter sua formação, em sua própria região.

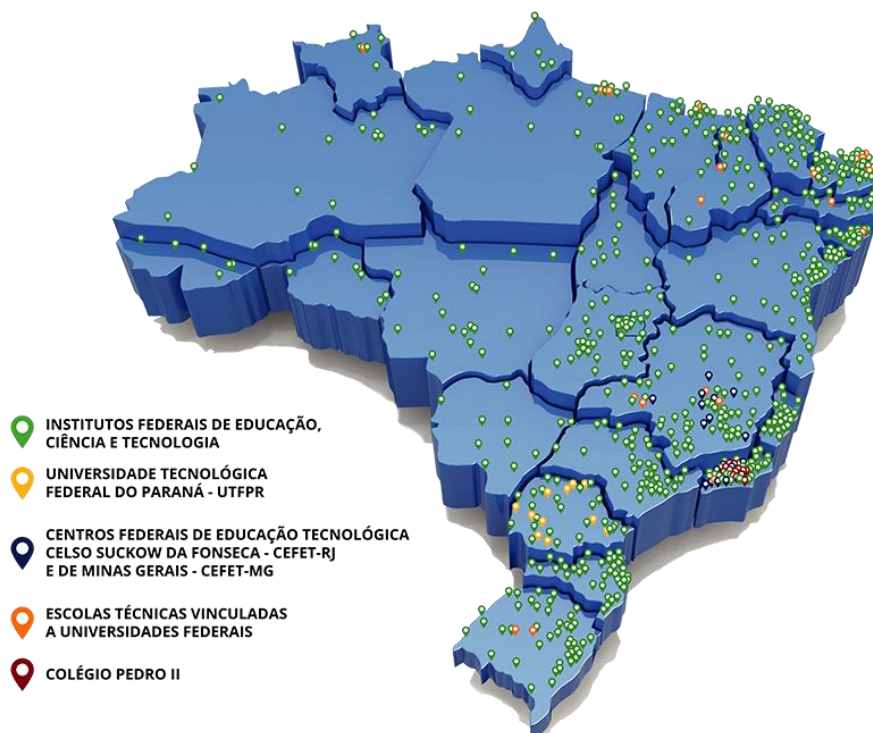
Mediante ao exposto, a expansão e interiorização dos Institutos Federais, criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tornando-se uma política pública educacional responsável por contribuir para o ingresso no ensino público, tanto em cursos de nível superior quanto em outros cursos de nível técnico, de jovens que moram em cidades de médio e pequeno porte. Essa expansão e interiorização têm relação direta com os arranjos produtivos locais e com a dinâmica produtiva, tanto em âmbito local como regional, permitindo à comunidade o acesso a cursos que outrora eram oferecidos apenas nos centros urbanos maiores e/ou capitais (Brasil, 2008).

Conforme informações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) em 2019, já são mais de 661 unidades sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais,

02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II.

A figura abaixo demonstra a distribuição da Rede Federal pelo Brasil (figura 3):

Figura 3 – Distribuição da Rede Federal pelo Brasil



Fonte: MEC (2019).

Os Institutos Federais são instituições, pluricurriculares e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *Stricto Sensu*, buscando promover a integração (ensino, pesquisa, extensão) e a verticalização (educação básica, educação superior e educação técnica e tecnológica), além de apresentar uma estrutura diferenciada, não vista até então na educação brasileira. Além disso, destaca-se nesse formato de instituição educativa, a indicação de orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, em função do mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural de cada Instituto Federal (Brasil, 2008).

Instituídos no momento de constituição da Rede Federal, os institutos têm como obrigatoriedade legal garantir um mínimo de 50% de suas vagas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada.

Em março de 2024, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou a criação de 100 novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). A iniciativa alcança todas as Unidades da Federação e gera 140 mil novas vagas, a maioria em cursos técnicos integrados ao ensino médio. O objetivo da nova expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é aumentar a oferta de vagas na educação profissional e tecnológica (EPT), criando oportunidades para jovens e adultos, especialmente os mais vulneráveis. A construção de novos *campi* nos municípios impacta o setor da construção civil, além de gerar emprego e renda. As novas escolas, quando estiverem em funcionamento, levarão desenvolvimento local e regional (Mec, 2024).

O programa de expansão dos IFs marca a retomada de investimentos na criação de novas unidades de Institutos Federais no Brasil, quase 10 anos após a última expansão estruturada da Rede Federal. Também celebra uma das políticas educacionais mais bem-sucedidas no âmbito da educação profissional, que permitiu que a educação pública de qualidade chegasse às localidades mais distantes dos grandes centros e da capital dos estados, tornando-se uma das redes mais capilarizadas na oferta de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. (Brasil, 2024).

A política de expansão e interiorização, também engloba as universidades federais e estaduais. No Estado de Goiás, O Instituto Federal Goiano, possui campus em 12 (doze) municípios distribuídos em todas as regiões do Estado. Já a Universidade Estadual de Goiás (UEG) também possui caráter multicampi, distribuídos em 33 (trinta e três) unidades universitárias, visando de democratizar o acesso ao Ensino Superior, sobre o qual a UEG dirige uma visão diferenciada ao abranger áreas voltadas às demandas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que valoriza potencialidades locais nas regiões em que se encontra, para assegurar o direito de acesso e permanência na educação superior pública, gratuita e universal. (Goiás, 2024).

Conforme Dante Henrique Moura (2012) conclui,

[...] esta expansão em si é o movimento importante e necessário, que representa a presença do Estado brasileiro por meio de instituições reconhecidas como de qualidade nas periferias das capitais e em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, ou seja, é a presença do Estado para mais além dos territórios em que se concentra a maior parte do PIB nacional. Isso significa a possibilidade de muitos brasileiros terem acesso a uma educação de qualidade (Moura, 2012, p. 62).

Para os jovens do campo, seus projetos de vida giram em torno de três eixos principais: educação, geração de renda e território. A educação superior é uma das grandes aspirações de uma parcela significativa da juventude rural, no entanto, diferentes condições fazem com que alguns jovens modifiquem seu projeto para a educação técnica, tecnológica, modalidades flexíveis, ou para a educação para o trabalho.

De qualquer forma, o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes (Velho, 2004, p. 29).

Assim, encontram alternativas a outros níveis que lhes permitem especializar a sua atividade e aumentar a sua competitividade. Sobre o emprego, os jovens rurais, desde cedo sempre trabalharam em jornadas exaustivas e com baixa remuneração em fazendas da sua família ou no território onde residem, disto, muitos buscam ingressar em atividades que gere uma boa remuneração e esperam trabalhar em empregos relativamente bem remunerados, como transporte de cargas e passageiros, serviços técnicos, como conserto de aparelhos eletrônicos e encanamento, ou pequenas lojas em áreas urbanas. Novamente, a aspiração é ter um nível de renda estável e suficiente para desfrutar de uma boa qualidade de vida, o que inclui, por exemplo, ter casa própria, carro, gastos com roupas, boa alimentação e gastos com lazer (Ospina, 2019).

4.3 O Advento da Pandemia da COVID-19 Para os Jovens Rurais

Nada prepara a humanidade para grandes acontecimentos, menos ainda para os tão trágicos quanto foi a Pandemia de COVID-19. Ela surpreendeu o mundo com a rapidez com que se espalhou no planeta. A sua forma de contágio rápida e silenciosa assustou muito a todos. Ela chegou no Brasil e rapidamente tomou todo o território nacional, com seu avanço medidas foram tomadas para conter essa propagação acelerada do vírus e à medida mais eficaz no momento foi o distanciamento social, juntamente com outras medidas tomadas para evitar a propagação do vírus, como o uso de máscaras e higienização das mãos.

Conforme Araujo (2022, p. 6), “durante esse período de distanciamento, a pandemia ressaltou a desigualdade que afeta a população” sendo que a recomendação da OMS foi para as

pessoas trabalhassem de casa e vivessem em isolamento, o que tornou difícil para aqueles que precisavam ganhar o seu sustento diariamente.

No contexto de zona rural, a Pandemia da COVID-19 trouxe grandes impactos, principalmente para a agricultura familiar, que viram sua renda despencar em razão das privações impostas para a contenção do vírus. Os pequenos agricultores deixaram de vender seus produtos nas feiras livres das cidades, eis que foram suspensas as atividades de aglomerações. Os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos tornam-se importantes atores para manter o adequado abastecimento alimentar junto à população (Sousa *et al.*, 2021).

Com o isolamento social e diminuição da economia, a COVID-19 trouxe como consequências o fechamento de restaurantes, enfraquecimento nas atividades de trabalhadores informais, a suspensão de aulas em escolas, aumento das demissões e diminuição na disponibilidade de alimentos a pessoas que vivem em situação de risco social, dentre outros efeitos. No caso da agricultura familiar, os efeitos da crise e as medidas necessárias de prevenção geram dificuldade maior de comercialização, pois restaurantes, escolas públicas e feiras são os principais destinos da produção familiar (Almeida *et al.*, 2020).

O jovem do campo, muitas das vezes, encontra na escola o único lugar para socializar com os demais jovens e manter um contato com a sociedade, em suma, considerando que a vasta região da zona rural e as áreas longínquas entre as propriedades, no dia a dia, a população rural mantém proximidade apenas com o seio familiar. Com a Pandemia da COVID-19, as escolas foram fechadas, impactando drasticamente a sociabilidade dos jovens rurais, os quais são privados de muitas situações que têm os jovens urbanos, como espaços para lazer, acesso às tecnologias e parques de diversão. A escola para o jovem rural normalmente é o único local para as interações sociais.

Andrade considera que “a escola é entendida como um equipamento que está presente na sociedade para atender as demandas sociais de onde está inserida, trabalhando pela democratização do ensino e pela transformação das realidades” (Andrade, 2022, p. 15), assim, para muitos discentes ela é um caminho para mudanças que podem gerar novas perspectivas em suas vidas.

Com a Pandemia da COVID-19, os jovens rurais passaram a enfrentar mais dificuldades para a realização de seus projetos de vida. Além das dificuldades estruturais já conhecidas, eles se viram distantes dos amigos, da escola e obrigados a se isolarem. Podemos observar que com o retorno das atividades acadêmicas, muitos jovens evadiram das escolas não só uma decisão, mas por necessidade, como veremos no próximo capítulo.

5 A EVASÃO ESCOLAR E OS IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19

5.1 Aspectos da Evasão Escolar na Educação Profissional

A definição de evasão escolar é bastante complexa, eis que advém de diversas situações como problemas de origem escolar, familiar e problemas de ordem social. Segundo Queiroz (2002), esse assunto vem sendo amplamente discutido pelos governos e por toda sociedade principalmente as relacionadas ao âmbito das políticas públicas e da pesquisa científica.

A evasão escolar envolve duas abordagens, estando ligadas a fatores externos e fatores internos a escola. Os fatores externos estão vinculados ao trabalho e envolvem desde os elementos relacionados à escolha da profissão e posicionamento no mercado até as dificuldades relativas à incompatibilidade de horários. Um outro fator, não ligado diretamente ao indivíduo, é a falta ou ineficácia de políticas públicas. Contudo, faz-se necessário entender as causas da evasão escolar para solucionar o problema.

De acordo com Neri (2009), a evasão escolar costuma ser compreendida por meio de duas abordagens. A primeira esclarece a situação com base nos fatores externos à escola, enquanto a segunda, se arrola nos fatores internos da instituição escolar. Os fatores externos são o trabalho, as diferenças sociais, a relação familiar e as drogas. Por outro lado, os fatores internos mais comuns estão assentados na própria escola, na linguagem e no professor. No entanto, em relação a educação profissional, existem poucos estudos relacionados a evasão, dificultando assim a investigação teórica e empírica do problema (Dore; Lüscher, 2011).

Existem várias pesquisas sobre evasão escolar dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnologia (PROFEPT), voltadas para identificar as causas de evasão na formação técnica. Na dissertação de mestrado intitulada: Evasão ou Permanência na Educação Profissional Tecnológica? Um Estudo de Caso no IFSul-Rio-Grandense – Campus Santana do Livramento, (Sousa, 2020), a pesquisa identificou fatores de evasão como dificuldade de conciliar estudos e trabalho, problemas familiares, mudança de cidade, dificuldade de transporte. Já na pesquisa: Fatores da (Não) Permanência e Êxito no Instituto Federal de Santa Catarina, - Campus Tubarão na Voz de Alunos Concluintes e Evadios (Garcia, 2020) a autora identificou as principais causas para evasão, consideradas como fatores individuais do estudante, envolvem principalmente a sensação de desânimo com o curso, por

diferentes aspectos, e dificuldades financeiras por não possuir ocupação profissional; afastamento por saúde e novo emprego; insegurança e dificuldades pessoais; falta de identificação com a área; falta de flexibilidade de horário no trabalho; dificuldades financeiras. Outros estudos relatam a respeito dessas dificuldades na continuidade dos estudos de jovens do Ensino Médio da rede pública. Na pesquisa de mestrado: *A Perspectiva do Discente e os Fatores de Evasão Escolar: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano* (Costa, 2021), a autora identificou como fatores de evasão: baixo desempenho no curso; a distância da família; dificuldades financeiras; problemas familiares; dificuldades de conciliar trabalho e estudo; distância da instituição e a dificuldade de acesso.

Sendo assim, a evasão escolar é algo que deve ser mais bem discutida perante a sociedade, uma vez que tem impactado negativamente na eficiência do uso de recursos públicos e, principalmente, na formação integral do cidadão.

Conforme Dore e Lüscher (2011), apontar as possíveis causas da evasão escolar é algo difícil, pois envolve um conjunto de fatores que se relacionam e contribuem na decisão de abandonar a escola. Neste mesmo sentido, Queiroz (2002) destaca que vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes na evasão escolar, tais como: a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isso, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional. Os fatores externos estão relacionados ao trabalho, às desigualdades sociais, à criança e à família, e os fatores internos estão ligados à própria escola, à linguagem e ao professor.

Bourdieu (2012), afirma que o capital cultural tem relação direta no desempenho escolar das diferentes classes sociais, sendo cada indivíduo caracterizado pela sua bagagem cultural socialmente construída. Dessa forma, os discentes com um nível socioeconômico mais elevado possuem um capital cultural familiar privilegiado, o que os possibilita maiores chances de êxito escolar, quando comparado aos discentes das classes desfavorecidas socioeconomicamente. Em consequência disso, os mais favorecidos acabam sendo privilegiados e continuam reproduzindo o mesmo comportamento, no sentido de privilegiar os interesses da classe dominante, ao longo de sua trajetória, geração a geração.

Apesar das previsões legais para a interiorização e a democratização do acesso à educação, essas instituições ainda enfrentam problemas quanto à permanência dos estudantes, principalmente dos menos favorecidos, contribuindo, assim, para o aumento das desigualdades sociais. Com isso, a evasão escolar tem se tornado um desafio para as instituições de ensino e seus gestores. Nesse contexto, a evasão escolar na educação profissional é um problema que

merece muita atenção, pois traz implicações negativas tanto para o discente quanto para a sociedade, a instituição e o governo, conforme ressalta Meira (2015). É preciso que haja prevenção para diminuir a evasão escolar, pois faz-se imprescindível compreender, orientar e acompanhar o discente no momento em que ele realiza sua primeira escolha no campo da formação profissional.

A evasão escolar pode ocasionar sérias repercussões acadêmicas, sociais e econômicas, acarretando problemas escolares para os discentes e para a sociedade. Também problemas de natureza pedagógica e administrativa para o sistema educacional, assim como, perdas financeiras para as instituições de ensino e para o governo, devido a gastos desnecessários e investimentos desperdiçados com materiais e profissionais para vagas que são preenchidas por discentes que não concluem os cursos (Meira, 2015, p. 26).

Araújo e Santos (2012) abordaram as causas de evasão escolar na educação profissional de nível médio, a partir de três perspectivas: a do discente (fatores referentes às características individuais); a da escola (fatores internos às instituições); e a da sociedade (fatores externos às instituições). Sobre os fatores internos, a questão principal se deve ao fato de a escola não ser atrativa, o que, aliado a outros fatores internos, acaba resultando em um motivo de exclusão dos discentes. Os fatores externos afetam diretamente a formação e permanência do discente no ambiente escolar, e envolvem o mercado de trabalho.

No Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e seus *campi*, encontra-se em andamento, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito (PEPE), desenvolvido pela Pró-Reitoria de Ensino e Pró-Reitoria de Extensão do IF Goiano junto aos 12 *campi* do instituto. Trata-se de um projeto, no âmbito do IF Goiano, que contempla o diagnóstico dos principais fatores de evasão e retenção dos estudantes da Educação Básica Profissional e Superior, que busca definir ações pedagógicas e administrativas que visam monitorar e, conseqüentemente, reduzir as taxas de evasão e retenção nos próximos anos para os diferentes cursos e modalidades ofertados.

5.2 A Evasão Escolar do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante no Instituto Federal Goiano Campus Posse durante a Pandemia da COVID-19.

O Campus Posse, é uma unidade administrativa do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia Goiano – IF Goiano, localizado na cidade de Posse, Estado de Goiás, distante 550 quilômetros de Goiânia, a capital do Estado, onde está localizada a Reitoria do Instituto.

Atualmente, funciona cursos de nível médio técnico, graduação e pós-graduação *Lato Sensu*, nas seguintes áreas: Técnico em Informática concomitante com duração de 1,5 ano, Técnico em Administração concomitante com duração de 1,5 ano, Técnico em Agropecuária concomitante com duração de 1,5 ano, Técnico em Informática para *Internet* Integrado ao Ensino Médio com duração de 3 anos, Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio com duração de 3 anos, Bacharelado em Agronomia com duração de 5 anos, Bacharelado em Administração com duração de 4 anos, Licenciatura em Ciências Biológicas com duração de 4 anos, Pós-Graduação MBA em Gestão Estratégica de Negócios com duração de 1,5 ano, Especialização em Ensino em Ciências e Matemática com duração de 1,5 ano e *Lato Sensu* em Agropecuária Sustentável com duração de 1,5 ano.

Ingressam 190 discentes para os cursos técnicos e 120 discentes para os cursos de graduação. Já para as turmas de pós-graduação *Lato Sensu*, o ingresso é conforme abertura de turmas a cada ciclo de formação, em média 40 discentes por turma. O Campus está com 844 discentes matriculados, conforme informações obtidas junto à Unidade de Registros Escolares, no mês de maio de 2024.

Segundo a pesquisa realizada pela Comissão de Permanência e Êxito do Campus Posse, entre os anos de 2017 a 2019, constatou-se que em razão do município de Posse estar localizado em uma microrregião que possui um dos IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), bem como a renda per-capita mais baixos do Estado de Goiás, implica diretamente na questão de evasão dos discentes do Campus Posse (Junior, *et al.*, 2022). Visando manter o estudante na instituição e assim obter êxito na conclusão do curso, o Campus buscou aumentar o número de auxílios financeiros como: Auxílio Permanência, Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte, repassados através pela Unidade de Assistência ao Educando, com recursos advindos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PANES).

Ainda conforme Júnior, *et al.*, 2022,

o fator econômico, em conjunto com as questões educacionais, pedagógicas, regionais e locais vivenciadas pela comunidade que o campus atende, em certa medida, corroboram para evasão de nossos discentes. Além disso, problemas como transporte, alimentação, inadequação do calendário do IF aos de outras instituições, especialmente das prefeituras, falta de identificação com o curso escolhido pelo discente, ou mesmo, falta de motivação em seguir os estudos devido a não perspectiva de emprego rápido na área são outros fatores elencados que incidem negativamente na permanência e êxito de nosso alunado (Junior, *et al.*, 2022, p. 137)

Para identificarmos os índices e as causas de evasão escolar do curso Técnico em Agropecuária concomitante do Campus Posse, realizamos uma pesquisa documental nos

registros acadêmicos junto a Unidade de Registros Escolares do Campus, fazendo um levantamento do total de discentes matriculados e evadidos até dois anos antes da Pandemia da COVID-19, (2018-2019), durante o período da pandemia (2020-2021) e durante o período pós-pandemia (2022-2023).

Conforme tabela abaixo, foram identificados os seguintes índices (tabela 5):

Tabela 5 – Índice de evasão do curso Técnico em Agropecuária concomitante

Curso	Ano letivo	Total de discentes matriculados	Total de discentes evadidos	Continuaram o curso	Índice de Evasão
Técnico em Agropecuária concomitante	2018	27	5	22	18,5%
	2019	72	7	65	9,7%
	2020	104	66	38	63,4%
	2021	42	26	16	61,9%
	2022	47	9	38	19,1
	2023	56	12	44	21,4%

Fonte: Dados da pesquisa obtidos na Unidade Registro Escolar do Campus Posse (2024). Elaborada pelo autor.

Analisando os dados de evasão escolar no período da pandemia (2020/2021) junto a Unidade de Registros Escolares do Campus Posse, encontramos o seguinte cenário:

No primeiro ano letivo de 2020, haviam 104 discentes matriculados no curso Técnico em Agropecuária concomitante, após a adoção medidas sanitárias de controle da pandemia, apenas 38 discentes continuaram frequentando o curso, ou seja, 63,4% dos discentes não deixaram de cursar, o que configura como evasão escolar.

Em relação a questão de gênero, dos discentes evadidos no ano de 2020, 63% foram do sexo masculino e 37% do sexo feminino.

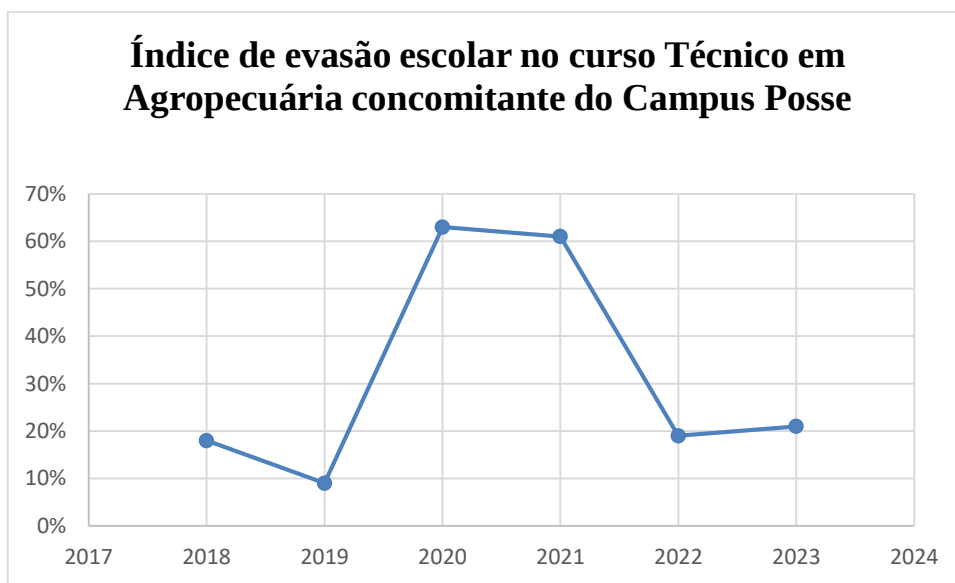
No ano de 2020, dos 104 discentes matriculados, 13 eram oriundos de zona rural, sendo 11 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Dos discentes da zona rural, 12 evadiram do curso (11 masculinos e 1 feminino).

No primeiro semestre de 2021, não foi ofertada abertura de nova turma em razão do estado calamitoso que se encontravam as escolas, com isso apenas 13 discentes foram matriculados. Já para o segundo semestre, com a previsão de retorno presencial, foi aberta uma turma, sendo ofertada 40 vagas, das quais apenas 29 foram preenchidas. O índice de evasão escolar no ano de 2021 foi de 61,9%. Destes discentes evadidos 61% do sexo feminino e 39%

do sexo masculino. Em 2021 haviam 5 discentes oriundos da zona rural, sendo 4 homens e 1 mulher, sendo que apenas a aluna permaneceu cursando.

Conforme gráfico 1 abaixo, observamos que no pico da Pandemia da COVID-19, no ano de 2020, houve um crescente número de discentes que deixaram de frequentar o curso, sendo um dos objetivos desta pesquisa identificar as causas da evasão escolar no período pandêmico de 2020 a 2021.

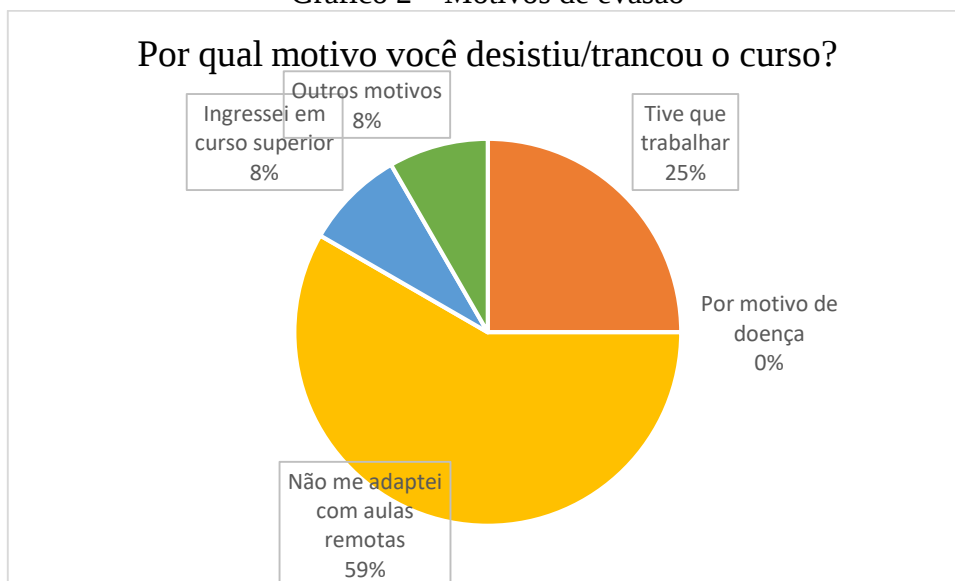
Gráfico 1 – Índice de evasão do curso Técnico em Agropecuária concomitante



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Para identificar as causas de evasão durante a pandemia, foi aplicado um questionário semiestruturado aos discentes evadidos, via formulário eletrônico. Dos 33 (trinta e três) discentes que responderam ao questionário, 91,7% informaram que a pandemia influenciou na sua decisão de desistir ou trancar o curso, sendo que a modalidade de aulas no formato remoto foi motivo que mais impactou na decisão para 58,3% dos discentes. Outros motivos também tiveram destaques, conforme gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 – Motivos de evasão



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor.

Foi realizado um levantamento das evasões no período pré-pandemia (2018 e 2019) e no pós-pandemia (2022 e 2023), onde identificamos que os motivos que mais levaram os discentes a desistirem do curso Técnico em Agropecuária concomitante é o trabalho, mudança de cidade e ingresso em curso superior, ficando evidente que para essa modalidade curso, as aulas remotas mudaram totalmente os planos dos discentes.

Nesse mesmo sentido, Senhoras (2020) coloca:

Em todas as fases do ciclo pandêmico, a pandemia afetou de modo distinto professores e estudantes de diferentes níveis e faixas etárias, e por conseguinte muitas das assimetrias educacionais pré-existentis tenderam a se acentuar conforme as especificidades em função, tanto, da falta de trilhas de aprendizagem alternativas à distância, quanto, das lacunas de acessibilidade de professores e alunos a Tecnologias de Informação e Comunicação(TICs)para promoção do Ensino a Distância(EaD) (Senhoras, 2020, p. 131).

Para os discentes que responderam ao questionário, 100% tinham acesso à *internet* e utilizam redes sociais como *Facebook*, *Whatsapp* e *Instagram*. No entanto, para 83,3% dos participantes, o acesso à *internet* é feito apenas via *smartphone*. Conforme os autores Nakano; Roza; Oliveira (2021),

apesar da chamada inclusão digital, a democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação ainda não é realidade para toda a população. Do mesmo modo, é importante ressaltar que, no caso de crianças e adolescentes, por mais que tenham acesso às tecnologias digitais precocemente, o uso que fazem desses recursos se volta para o entretenimento e não para práticas da educação formal, sendo, este uso, visto como desprazeroso (Nakano; Roza; Oliveira, 2021, p. 1380-1381).

Porém, percebe-se que não é a falta de acesso à *internet* o motivo para evasão escolar no neste período de aulas remotas, mas o fato atípico da pandêmica que impactou drasticamente nas famílias o modo de viver, causando nos indivíduos estresses, preocupações, incertezas entre outras situações, tanto de saúde quanto financeira, que de certa forma influenciam nas decisões dos jovens e suas famílias.

Dos discentes evadidos que participaram da pesquisa, 66% informaram que testaram positivo para a COVID-19 e que em suas famílias, 83% também foram contaminados pelo vírus e 25% dos discentes perderam familiares na pandemia. Para 50% dos participantes da pesquisa, alguém da família também perdeu emprego renda durante a pandemia.

Para 91% dos discentes evadidos que participaram da pesquisa, a pandemia teve influência na sua decisão de desistir/trancar o curso. Porém, como demonstrado no gráfico 2 acima, 59% informaram que não se adaptaram com as aulas remotas.

Para os discentes da zona rural, o trabalho no campo não parou e como não estavam frequentando presencialmente as aulas, os jovens rurais tiveram que trabalhar junto com a família, é que retrata a resposta do discente pesquisado nº 9, que é oriundo da zona rural ao responder à questão “Você teve alguma dificuldade durante o período escolar? ”:

“Tive que trabalhar com meu pai para ajudar a sustentar a família, não foi nada fácil para mim”.

Em resposta a questão acima, o participante de nº 16, também oriundo da zona rural, respondeu:

“No início do curso tive dificuldade com transporte depois foi as aulas remotas pois não tenho computador só o celular”.

Observa-se que as dificuldades dos jovens rurais estão relacionadas a questão de localização e acesso às tecnologias. Mesmo quando havia aulas presencias, os jovens rurais do município de Posse, se deslocavam em média de 24 a 30 quilômetros até o Campus. Já com a mudança para aulas remotas, outra dificuldade foi a falta de acesso às tecnologias bem como o acompanhamento das aulas nessa modalidade *online*. Até mesmo por uma questão cultural, o jovem do campo, quando não está na escola, está na lida rural com a família.

Ainda em relação aos discentes de zona rural, o participante de nº 18 respondeu que:

“aqui na fazenda não tem internet, uso apenas a internet do celular”.

Em análise as aos discentes oriundos de zona rural, conforme tabela 2, durante a pandemia haviam 18 discentes matriculados, sendo 16 homens e 2 mulheres, constatou-se que 100% os discentes do sexo masculino, deixaram de frequentar o curso. Em relação a sexo feminino, apenas uma discente prosseguiu e concluiu o curso durante a pandemia.

Assim, a partir das respostas dos participantes de zona rural, podemos identificar que as dificuldades apresentadas para permanecer no curso, quando se trata de trabalho, acesso à *internet* e aulas remotas, impactaram na desistência desses jovens, principalmente para os homens.

No entanto, fica claro que a principal modalidade de aulas do curso Técnico em Agropecuária concomitante, são as aulas presenciais e práticas, onde os discentes têm acesso a laboratórios, maquinários e equipamentos diversos relacionados a agricultura e pecuária, o que torna o curso mais atrativo. Durante a pandemia essas aulas presenciais foram suspensas desmotivando assim os discentes a permanecerem no curso.

5.3 Atuação do Campus Posse para Combater a Evasão Escolar durante a Pandemia

O Instituto Federal Goiano, por meio da sua Pró-reitora de Assuntos Estudantis, sendo uma das competências *“identificar, discutir, refletir e analisar os índices de evasão e repetência, com a equipe da PROEN, diretores de ensino e setor pedagógico dos campi, visando à criação de estratégias e alternativas para sua superação”*, desenvolve políticas e permanência e êxito, executadas principalmente pelas Assistências Estudantis de cada *campi*. O recurso é aplicado através do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil). No Campus Posse, o recurso é distribuído através de bolsas e auxílios aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, a fim contribuir para a permanência e êxito dos discentes.

No entanto, o Campus Posse está localizado na região nordeste do Estado de Goiás, a qual possui um dos menores IDH do Estado, conforme dados do IBGE (2010), cuja população é vulnerável socioeconomicamente e isso reflete diretamente no público discente do Campus Posse, o qual 93% dos discentes matriculados no ano de 2024 declararam renda *per capita* de

até 1,5 salário-mínimo, demonstrando assim que os discentes são oriundos de famílias de baixa renda, o que impossibilita o atendimento a todos os discentes que necessitam.

Além disso, durante o governo do presidente Bolsonaro, com uma política de sucateamento da educação, houve redução no repasse dos recursos às Instituições de Ensino, impactando também no recurso destinado ao PNAES do Campus Posse, conforme tabela 7 abaixo:

Tabela 7 - Orçamento Assistência Estudantil Campus Posse

Ano	Recurso PNAES Campus Posse
2019	R\$ 278.028,00
2020	R\$ 268.732,00
2021	R\$ 254.966,00
2022	R\$ 235.324,00
2023	R\$ 267.462,00

Fonte: Direção-Geral do Campus (2024). Elaborada pelo autor.

Mesmo diante da situação calamitosa durante a pandemia, a Assistência Estudantil não interrompeu o pagamento das bolsas e auxílios. Além dos auxílios já executados, também foi disponibilizado o auxílio conectividade, no valor de R\$70,00, para auxiliar os discentes a terem acesso à *internet* no período de aulas remotas.

Além dos auxílios financeiros, o IF Goiano Campus Posse, utilizando recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também distribuiu 394 cestas básicas nos anos de 2020 e 2021, para os discentes já participantes de algum programa de auxílio e também para demais discentes de baixa renda.

A tabela abaixo (tabela 8) demonstra a execução dos auxílios nos anos de 2020 e 2021, pico da Pandemia da COVID-19:

Tabela 8 – Auxílios concedidos pela Assistência Estudantil nos anos 2020 e 2021

Ano	Auxílio Concedido	Valor	Total de Contemplados
2020	Permanência	R\$ 300,00	23
	Alimentação	R\$ 150,00	119
	Conectividade	R\$ 70,00	55
2021	Permanência	R\$ 300,00	55

	Alimentação	R\$ 170,00	48
	Conectividade	R\$ 70,00	24

Fonte: Relatório de resultados do Programa de Assistência Estudantil (2020/2021). Elaborado pelo autor.

Percebe-se que o total de auxílios concedidos é pouco em relação ao total de discentes matriculados. Dos discentes evadidos do curso Técnico em Agropecuária concomitante, que participaram da pesquisa, apenas 8% informaram ter recebido algum tipo de auxílio financeiro.

5.4 A Evasão Escolar dos Estudantes diante da Pandemia e suas Consequências para a Realização dos seus Projetos de Vida.

A Pandemia da COVID-19 causou impactos na educação, no mundo do trabalho e na dimensão emocional para toda a população, e de forma especial entre os jovens. Implicações das restrições impostas como o isolamento coletivo ocorreu com a saúde mental. O aumento de sintomas como: nervosismo, ansiedade, insônia, tristeza e depressão, provocados pelo temor e risco de adoecimento e morte encontraram no confinamento o ambiente propício para sua intensificação. Tais impactos poderiam ter sido amenizados se não fosse o contexto político e posição ideológica e negacionista do governo em exercício a época.

Para Silva e Freitas,

a educação, por sua vez, foi um dos setores mais sensíveis aos impactos provocados pela pandemia, destacando-se pela forma com que as desigualdades sociais se manifestaram, sobretudo, no caso da educação pública. A situação trouxe visibilidade para a falta de recursos digitais, a dificuldade de aprendizagem e adaptação ao ensino remoto, as diferenças entre gerações de professores para a utilização de tecnologias da informação, além do fato de muitos estudantes não residirem em ambientes favoráveis ao aprendizado e até mesmo a indisponibilidade de equipamentos de telefonia móvel, computacionais ou *internet* (Silva; Freitas, 2022, p. 6).

Os impactos para os jovens estudantes relacionados ao campo educacional foram: a precariedade do ensino remoto, no que se refere as dificuldades de acesso à *internet*: 58% dos participantes responderam que têm acesso à internet apenas pelos dados móveis do celular, ou via rádio, que são conexões lentas. Para 83% dos discentes evadidos, os ambientes de estudos inapropriados, nas residências, principalmente dos estudantes menos favorecidos socioeconomicamente, pois o único acesso é via celular, não possuem computador ou *notebook* em casa. Todos esses impactos favoreceram a evasão e desistência escolar, causando ainda baixos rendimentos nos estudos.

Com o isolamento social, medida de prevenção do Coronavírus, os jovens foram impactados pela privação de socializar, ação essa que é mais intensa na juventude. Por isso, o fechamento de escolas e o distanciamento físico frustraram projetos e perspectivas de muitos estudantes, que não puderam sair de casa para estudar, diminuindo interações físicas ao se considerar o espaço escolar como local de encontros.

Em relação aos discentes evadidos do curso Técnico em Agropecuária concomitante no Campus Posse que participaram da pesquisa, as respostas obtidas em relação a projetos futuros, identificamos que os discentes buscam na formação técnica ingressar no mercado de trabalho para obter uma estabilidade financeira, é o caso da resposta do discente de número 7 *“Penso em terminar o curso e arrumar um bom emprego na área”* e também da resposta do discente de número 8 *“Me forma, trabalhar e ter uma boa estabilidade”*.

De modo geral, quem busca uma qualificação profissional de nível técnico, visa o ingresso no mercado de trabalho de forma mais rápida. No entanto, identificamos nesta pesquisa que os discentes do Campus Posse, são influenciados principalmente pelo mercado do agronegócio pujante na região oeste do Estado da Bahia, que faz divisa com o Estado de Goiás, é o que representa a resposta do participante nº 9, quando respondeu à questão *“O que levou você a cursar Técnico em Agropecuária: “Influência no mercado de trabalho e oferta de emprego”*. Nessa perspectiva, o projeto de futuro do jovem está sendo baseado na sociedade em que está inserido, visto que a região onde vive observa-se que a demanda por mão de obra na área da agricultura está atrelada à expansão do agronegócio na região.

Mesmo com a decisão de abandonar o curso durante o período de aulas remotas em razão da pandemia, observamos que os projetos futuros desses jovens evadidos permaneceram, sendo apenas adiados. Na pesquisa aplicada, 50% dos discentes retornaram para cursar o curso Técnico em Agropecuária concomitante, outros 25% retornaram para a instituição, porém, ingressaram em cursos de graduação.

Para discentes oriundos da zona rural, o fator familiar pesou bastante para a escolha do curso Técnico em Agropecuária concomitante, como podemos analisar a resposta do participante de número 2, respondeu que

“Eu sempre lidei com o agro desde de criança eu trabalho na área agrícola. pois sempre tive vontade de aprofundar meus estudos na área”.

Já a aluna pesquisada de nº 4 respondeu que

“Sou apaixonada pelo campo, desde nova meu pai é agricultor e isso me influenciou muito”.

Observamos nestas respostas que o ambiente familiar influencia na construção dos projetos de vida dos jovens. Por serem de família de agricultores, viram no curso Técnico em Agropecuária concomitante a oportunidade de se profissionalizarem em uma área ligada diretamente com ramo de atividade da família.

Diante da análise das respostas obtidas no questionário da pesquisa, fica claro que os jovens buscam na educação escolar uma maneira de materializar os seus projetos de vida. No entanto, em razão da Pandemia da COVID-19, esses projetos foram modificados e/ou adiados, sendo a principal causa a alteração no formato das aulas de presenciais para remotas.

CONCLUSÃO

O período da Pandemia da COVID-19 forçou a sociedade a mudar os hábitos de forma repentina. Rotinas de trabalho, estudo, lazer, família, foram bruscamente alterados causando impactos jamais imaginados. As famílias tiveram que se isolar e o período prolongado do isolamento afetou drasticamente a saúde, ocasionando: transtornos mentais, traumas psicológicos, estresse e depressão.

Com o isolamento, a vida em sociedade passou por grandes transformações. Postos de trabalho foram fechados e/ou remodelados, escolas mudaram a forma de ensino de maneira abrupta: do ensino presencial para o remoto. Tais alterações tiveram impacto direto na vida de toda comunidade escolar: professores, escolares e famílias, bem como nos processos de ensino-aprendizagem em todos os níveis educacionais.

Nesta pesquisa, buscamos investigar a evasão escolar dos discentes do curso Técnico em Agropecuária concomitante, no Instituto Federal Goiano - Campus Posse, no período de 2020 a 2021, objetivando identificar os motivos e os impactos causados pela pandemia e a influência da pandemia nos projetos de vidas dos jovens, principalmente os da zona rural.

Como resultado, concluímos que o fator que mais levou a evasão escolar foram as aulas em formato remoto, as quais os estudantes tiveram dificuldades com aulas *online*. No entanto, identificamos que vários fatores levaram os estudantes a terem dificuldade com as aulas a distância sendo ambientes de estudos inapropriados, nas residências, principalmente dos estudantes menos favorecidos socioeconomicamente, fragilidade do vínculo escolar visto que os estudantes não tiveram mais contatos nos espaços físicos da escola, além de fatores relacionados a saúde, conforme descritos no parágrafo anterior. Todos esses impactos favoreceram a evasão e desistência escolar, causando ainda baixos rendimentos nos estudos.

Quando se trata dos estudantes da zona rural, a situação se torna mais grave. Conforme levantamento apurado a evasão, a taxa de evasão entre os jovens rurais foi de 94%. Isso resulta da situação, muitas vezes precárias, de condições de vida na zona rural. Consequências essas que ocorrem em razão da distância, dos centros urbanos e do acesso a tecnologias. Verificamos que em relação aos estudantes do sexo masculino da zona rural, 100% dos discentes deixaram de frequentar as aulas no período da pandemia,

Com relação as ações que o Instituto Federal Goiano realizou para combater a evasão escolar durante a pandemia, concluímos que tais ações atenderam em parte para prosseguimento das atividades acadêmicas, com a disponibilização de aulas de forma remota, em ambientes

virtuais, como o AVA *moodle*, e aulas via *Google Meet*. No entanto, as ações não atenderam todos os estudantes, principalmente os de zona rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária, Rio Claro (SP), vol. 28, nº1, 2 e 3, vol. 29, nº1, p. 49-67, jan.1998/ago. 1999.

ABREU, Luciane Ferreira de; CAVALCANTE, Ludimila Oliveira Holanda; SILVA, Fabio Dantas de Souza. **Juventude e Formação Profissional do Campo: Rupturas, Contradições e Cultura Política**. Práxis Educacional, [S. l.], v. 16, n. 43, p. 277-296, 2020. DOI: 10.22481/rpe.v16i43.6326. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6326>. Acesso em: 03 ago. 2022.

ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro Souza; PERIN, Gabriela; POLICARPO, Mariana Aquilante; SAMBUICHI, Regina Helena. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): um caso de Big Push Ambiental para a sustentabilidade no Brasil**. In: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Repositório de casos sobre o big push para a Sustentabilidade no Brasil. Brasília. 2020. Disponível em: <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso92-OProgramadeAquisicaodeAlimentos.pdf>. Acesso em: 27 de mai. 2024.

ALMEIDA, Jorddana Rocha de; ALVES, Maria Zenaide. **Juventudes e projetos de vida**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. Disponível em: <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/10/Juventudes-e-projetos-de-vida-1.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.

ALVES, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. **Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida**. *Educ. Pesqui.* [online]. 2015, vol.41, n.2, pp.375-390. ISSN 1678-4634. <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v41n2/1517-9702-ep-41-2-0375.pdf>. Acesso em 10 mai. 2024.

ANDRADE, Cássio Clayton Martins. **Projetos de vida de jovens rurais estudantes do IFRN**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49471>. Acesso em 10 nov. 2023.

ARAÚJO, Cristiane. Ferreira de.; SANTOS, Roseli Albino. dos. **A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar**. Trabalho apresentado ao The 4th International Congress On University-Industry Cooperation, Taubaté, SP, Brasil: Universidade de Taubaté, 2012. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-educao-profissional-de-nivel-medio-e-os-fatores-internos-externos-as-institui>. Acesso em 18 nov. 2023.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de.; ARANTES, Valéria; PINHEIRO, Viviane. **Projetos de Vida: fundamentos psicológicos, éticos e práticas educacionais**. São Paulo: Summus, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 2011. Edições 70.

BIANCHINI, Valter. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de

Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, 2005.

BIERNATH, Andre. **COVID-19: por que América Latina concentra maior número de vítimas no mundo?** BBC News Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57535802>. Acesso em: 07 mai. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.** Tradução de Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). Escritos de educação. 13. ed. Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes, 2012. p. 39-64.

BOUTINET, Jean-Claude. **Antropologia do projeto.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 04 jul. 2024.

BRASIL. Agência Gov. **Lula anuncia criação de 100 novos Institutos Federais que abrirão 140 mil vagas em cursos.** 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais-1>. Acesso em: 04 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Incra. **Pronera.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/pronera-chega-aos-26-anos-com-cursos-em-todos-os-niveis-voltados-a-populacao-do-campo>. Acesso em: 28 mai. de 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretarias de Saúde. **Painel Nacional: COVID-19.** Disponível em: <https://cieges.conass.org.br/paineis/listagem/situacao-de-saude-da-populacao/casos-e-obitos-COVID-19>. Acesso em: 06 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus.** 2024. Disponível em: <https://COVID.saude.gov.br/>. Acesso em: 07 mai. 2024.

BRASIL. Casa Civil. Planalto. Portal. **Legislação COVID-19.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/quadro_portaria.htm. Acesso em: 08 mai. 2024.

BRASIL. Presidência. **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.** Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DLG&numero=6&ano=2020&ato=b1fAzZU5EMZpWT794>. Acesso em 10 set. 2024.

BATISTA, Santos Dias; SOUZA, Alexsandra Matos; OLIVEIRA, Julia Maria da Silva. **A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso.** Revista Profissão Docente (Online), v. 9, p. 1-19, 2009. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/229>. Acesso em 23 dez. 2023.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 243- 262.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; PIO, Paulo Martins. **A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v. 98, n. 249, p. 428-445, 2017.

COSTA, Danyla Martins Rezende da. **A Perspectiva do Discente e os Fatores de Evasão Escolar: estudo de caso no Instituto Federal Goiano**. Dissertação de Mestrado PROFEPT. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2217>. Acesso em 17 mai. 2024.

COSTA, Pedro Luiz de Araujo. A educação do campo no contexto da implementação dos IFs no Estado do Rio de Janeiro. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Lpp/Uerg, 2018. Cap. 7. p. 152-205.

DIAS, Luiz Carlos. **Pandemia, Desgoverno e Desinformação**. Jornal da Unicamp. Abril 2022. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-carlos-dias/pandemia-desgoverno-e-desinformacao>. Acesso em: 15 mai. 2024.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de pesquisa, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

FIOCRUZ. **Observatório COVID-19. Boletim extraordinário de 16 de março de 2021**. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-marco-16-red-red-red.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

FREITAS, Lessandro De. **Educação pós-pandemia: os impactos da COVID-19 sobre o processo de ensino-aprendizagem**. *Epistemologia e Práxis Educativa - EPEDuc*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1-16, 2023. DOI: 10.26694/epeduc.v6i2.4055. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/4055>. Acesso em: 09 mai. 2024.

GARCIA, Fernanda Corrêa. **Fatores da (Não) Permanência e Êxito no Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Tubarão na Voz de Alunos Concluintes e Evadidos**. 2020. Dissertação de mestrado PROFEPT. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1537>. Acesso em 07 out. 2024.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. **Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil**. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000200100&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mai. 2024.

GODINHO, Edna Maria Silva Oliveira. Pedagogia da Alternância. DOI: 10.5216/teri.v3i2.29802. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 118–124, 2013. DOI: 10.5216/teri.v3i2.29802. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/29802>. Acesso em: 3 jul. 2024.

GOIAS. Universidade Estadual de Goiás. **Conheça a UEG**. 2024. Disponível em: <https://www.ueg.br/>. Acesso em: 04 de jul. 2024.

GONÇALVES, Carlos Manuel. **A família e a Construção de Projetos Vocacionais de Adolescentes e Jovens**. Dissertação (2006) Universidade do Porto, Portugal, 2006. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14596/2/29410.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963_informativo.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Estatuto**. 2019. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Estatuto_do_IF_Goiano_-_vers%C3%A3o_final.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Portaria nº 575, de 26 de março de 2020**. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Portaria-575.pdf>. Acesso em 18 jun. 2022.

JUNIOR, Josias José da Silva; MEIRELES, Lucas Vidal de; SANTOS, Nadson Vínicius dos; OLIVEIRA, Renan Pinheiro de O combate à evasão e o fomento ao êxito no IF Goiano - Campus Posse, de 2017 a 2019. In: **Permanência e êxito no IF Goiano: ações para intervenção e monitoramento da evasão e retenção** / Organização de Fabiani da Costa Cavalcante *et al.* – 1. ed. Rio Verde, GO: IF Goiano, 2022. p. 137-155.

KLEIN, Ana Maria; ARANTES, Valéria Amorin. Projetos de vida de jovens estudantes do ensino médio e a escola. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 41, n. 1, p. 135-154, 2016.

KLEINA, Claudio; RODRIGUES, Karime Smaka Barbosa. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Curitiba - PR: IESDE BRASIL S/A, 2014.

KOGA, Natalia Massaco; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura; GOELLNER, Isabella de Araujo; COUTO, Bruno Gontyjo do. **Instrumentos de políticas públicas para o enfrentamento do vírus da COVID-19** : uma análise dos normativos produzidos pelo

Executivo Federal. Nota Técnica nº 31. Ipea. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9838>. Acesso em: 06 mai. 2024.

LIMA, Nísia. Trindade; BUSS, Paulo Marchiori; SOUSA, Rômulo Paes. **A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7192>. Acesso em: 29 mai. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Maria Eliza Dalmazo Afonso de. **Abordagem qualitativa de pesquisa: pesquisa etnográfica e o estudo de caso** In: Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p. 11-24.

MACHADO, Ana Paula; MALAGOLLI, Guilherme Augusto. **Os impactos da pandemia do COVID-19 no Agronegócio Brasileiro**. Interface Tecnológica, Taquaritinga, SP, v. 18, n. 2, p. 500-512, 2021. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1302/705>. Acesso em: 10 mai. 2024.

MACHADO, Marcela Rodrigues; MOREIRA, Priscila Rodrigues. **Educação profissional no Brasil, evasão escolar e transição para o mundo do trabalho**. 2009.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP, Brasil: Atlas, 2017.

MARINHO, Dalcione Lima. **Estratégias De Transformação Social No Campo: A Formação De Jovens da Escola Família Agrícola de Marabá-PA**. In: Menezes, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (org.). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 166-178

MEIRA, Cristiane Araújo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil: Biblioteca Central da UFES, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2495317#. Acesso em: 10 jun. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOURA, Dante Henrique. Políticas Públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1990 e 2000: Limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Ramon de (org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: Políticas Públicas em debate**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

NAKANO, Tatiana de Cassia; ROZA, Rodrigo Hipólito.; OLIVEIRA, Allan Waki de. **Ensino remoto em tempos de pandemia: algumas reflexões sobre seus impactos**. REVISTA E-CURRICULUM (PUCSP), v. 19, p. 1368-1392, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/download/48484/37780/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

NERI, Marcelo. (Coord.) **Motivos da Evasão Escolar**. FGV. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf. 2009 Acesso em 15 jun. 2024.

NONATO, Symaira Poliana; DAYRELL, Juarez. **Por uma Pedagogia das Juventudes: educação e a pesquisa como princípio educativo**. Ebook - Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021. Disponível em: <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/10/Por-uma-Pedagogia-das-Juventudes-educacao-e-a-pesquisa-como-principio-educativo-1.pdf>. Acesso em 18 mai. 2024.

NUNES, Getúlio Tadeu. **Abordagem do marketing de relacionamento no ensino superior: estudo exploratório**. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Estudo Global acordado sobre a origem do SARS-Cov-2: Em conjunto com o estudo na China. **Relatório Conjunto OMS**. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/who-convened-global-study-of-origins-of-sars-cov-2-china-part>. Acesso em: 06 mai. 2024.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; LISBÔA, Eliene Soares dos Santos; SANTIAGO, Nilza Bernardes. PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEUS IMPACTOS NA ÁREA EDUCACIONAL. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 17- 24, 2020.

ORTEGA, Lenise Maria Ribeiro; ROCHA, Vitor Fiuza. **O dia depois de amanhã – na realidade e nas mentes – o que esperar da escola pós-pandemia?** Revista Pedagogia em Ação, Belo Horizonte, v. 13, n.1, p.302-314. 2020.

OSPINA, Claudia. **Estudo das trajetórias e aspirações da juventude rural na Colômbia e o papel do território e das políticas públicas**. Rimisp – Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural. 2019. Disponível em: https://rimisp.org/wp-content/files_mf/1577468561Estudiodeltrayectoriasyaspiracionesdej%C3%B3venesruralesenColombiayelroldelterritoriolasp%C3%ADticasp%C3%BAblicas.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.

PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. **Juventude rural: para além das fronteiras entre campo e cidade**. 2004. Tese (Doutorado em Sociedade e Agricultura). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 2004.

PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. **Educação, gênero e os projetos de vida dos jovens rurais de Baixada de Salinas/RJ**. Rurais: Revista do Centro de Estudos Rurais, v. 2, p. 71-97, 2008.

PEREIRA, Jorge Luiz de Goes; SOUZA, Fátima Cruz. (2020). **Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural**. Revista de

Economia e Sociologia Rural, 58(4), e202404. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.202404>

PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE. **Decreto nº 379, de 17 de março de 2020. Nomeia Membros do Comitê de Gestão.** Disponível em: <https://posse.go.gov.br/decreto-no-379-de-17-03-2020/>. Acesso em: 07 mai. 2024.

QUEIROZ, Lucineide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar.** 2002. Disponível em: www.25reuniao.anped.org.br/lucileidedomingosqueirozt13.rtf. Acesso em: 10 jun. 2024.

RODRIGUES, Miguel Antonio; HADDAD, Ana. Estela. **Ensino médio técnico em tempos de pandemia: análise do acesso, permanência e êxito no município de Uruçuí-Piauí.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 24, p. 1-14, e14630, Jan. 2024. ISSN 2447-1801. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14630/3927>. Acesso em: 13 mai. 2024.

RODRIGUES, Denise Simões; MELO, Maria Lúcia. **Estudo sobre análise de discurso como procedimento metodológico na pesquisa documental.** Educação, Santa Maria, v. 45, n. 1, p. 1-22, 2020.

SENADO. **Educação em tempos de Pandemia.** Instituto Data Senado. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/educacao_em_tempos_de_pandemia. Acesso em: 06 mai. 2024.

SENHORAS, Eloi Martins. Coronavírus e Educação: análise dos impactos assimétricos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128-136, maio 2020.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves; FREITAS, Lizandra Cibely. **Pandemia do COVID-19 e impactos sobre os jovens: um olhar acerca de pesquisas realizadas entre 2020 e 2021 no Brasil.** Sociedade em Debate, 2022.

SILVEIRA, Ana Karolina Nunes; DORNELLES, Carla Jeane Helfemsteller Coelho. O Ensino Remoto e seus Impactos a Saúde Mental: Um Relato de Experiência com Professores. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, [S. l.], v. 1, n. 12, 2021. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/14947>. Acesso em: 01 jul. 2024.

SIQUEIRA, Volmir de. **Industrialização, Urbanização, êxodo rural, no Sudoeste do Paraná.** Ijuí, 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br/items/708bdd9e-afa0-48bb-b387-4d8f02ad0869>. Acesso em: 28 mai. 2024.

SOUSA, Maria da Graça do Nascimento de. Evasão ou Permanência na Educação Profissional Tecnológica? Um Estudo de Caso no IF Sul-Rio-Grandense – Campus Santana do Livramento. Dissertação de Mestrado PROFEPT. 2020. Disponível em: repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/188. Acesso em 07 out. 2024.

SOUZA, Valdirene Cândido de. **A Contribuição da Pedagogia da Alternância Para Combater A Evasão Escolar Do Jovem Do Campo:** a EFA de Cruzília. 2022. 17 f. TCC

(Graduação) - Curso de Pedagogia, Fapac - Universidade Presidente Antonio Carlos de Baependi, Baependi, 2022. Disponível em: <https://ri.unipac.br/repositorio/wp-content/uploads/tainacan-items/282/179146/VALDIRENE-CANDIDO-DE-SOUZA.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2024.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. (2008). **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 ago. 2022.

THIESEN, Juares da Silva. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, vol. 13 n. 39 Set./Dec. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>. Acesso em: 08 out. 2021.

TROITINHO, Maria da Conceição Ribeiro; SILVA, Ivonilce Brelaz da; SOUSA, Maiana Maia; SANTOS, Adriana Damascena da Silva; MAXIMINO, Caio. Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a Pandemia da COVID-19 . **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 19, p. 20, 2021. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00331. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/574>. Acesso em: 01 jul. 2024.

VASCONCELOS, Ana Lucia da Silva.; COSTA, Carlos Helaidio Chaves da.; SANTANA, Jose Rogério.; CECCATTO, Vania Marilande. **Importância da abordagem prática no ensino de biologia para a formação de professores**. In: VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UECE/Limoeiro do Norte-CE, novembro, 2002. Disponível em: <https://blogs.multimeios.ufc.br/wp-content/blogs.dir/33/files/2020/10/congressos-importancia-da-abordagem-pratica-no-ensino-de-biologia.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ZAGO, Nadir. **Migração rural-urbana, juventude e ensino superior**. ARTIGOS. Rev. Bras. Educ. 21 (64) • Jan-Mar 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>. Acesso em 05 mai. 2024.

YIN, Robert Kuo-zuir. **Estudo de casos: planejamento e métodos**. 5. ed. Sao Paulo: Bookman, 2015.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário Aplicado aos Participantes

Pesquisa sobre evasão escolar durante a Pandemia da COVID-19 - Técnico em Agropecuária

1) Sexo?

Masculino; Feminino

2) Idade?

3) Em que ano você desistiu ou trancou o curso?

4) Você reside na:

Zona urbana; Zona Rural

5) Qual o tipo do local de sua residência?

6) Tem *Internet* na sua Casa?

7) Você participa de alguma rede social como Facebook, WhatsApp, Instagram e outras?

8) Qual a distância da sua casa até o Campus?

9) Como você se deslocava até o Campus

10) Quem é o responsável pela renda financeira da sua família?

11) Durante a Pandemia da COVID-19, você testou positivo?

12) Alguém da sua família testou positivo ?

13) Você perdeu algum ente familiar para a COVID-19?

14) Você tomou alguma dose de vacina contra a COVID-19?

15) Você ou alguém da sua família perderam emprego ou renda durante a pandemia?

16) A pandemia teve influência na sua decisão de desistir/trancar do curso?

17) Por qual motivo você desistiu/trancou do curso?

18) Durante o período em que esteve estudando, qual era o regime de aula?

19) Se você teve aula no formato remoto, como você acompanhava?

20) Durante um período da pandemia, as aulas foram totalmente remotas, isso influenciou na sua desistência?

- 21) O IF Goiano deu algum suporte para o aluno acompanhar as aulas remotas? (marque uma ou mais resposta)
- 22) Você se Identifica com o Curso de Agropecuária?
- 23) O que levou você a cursar Técnico em Agropecuária?
- 24) Você teve alguma dificuldade durante o período escolar?
- 25) Você recebeu algum incentivo da instituição para permanecer no curso?
- 26) Após a pandemia, você retornou ao curso ingressou em outro curso no IF?
- 27) Você ou seus pais são agricultores ou possuem algum relação com atividades agrícolas?
- 28) Você ou/e sua família já mudaram de local de moradia?
- 29) Você se considera um jovem :
- 30) Você gosta de morar no lugar onde vive?
- 31) Você gosta de morar junto com sua família?
- 32) Você participa das decisões e da administração da renda familiar?
- 33) O local onde você mora tem atividades lazer e entretenimento?
- 34) Se sim, quais são?
- 35) Você se desloca para outros lugares em busca de lazer?
- 36) Quais os tipos de lazer?
- 37) Se você mora na zona rural pretende assumir ou dar continuidade aos trabalhos nas terras da sua família?
- 38) Se tivesse perspectiva de oferta de trabalho no campo, com boa renda, você teria o compromisso de dar continuidade às atividades agrícolas da unidade familiar ou há outras questões permeando seus planos?
- 39) Como você pensa o seu futuro? O que deseja?

Apêndice B – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(1) Você está sendo convidado a participar de uma da pesquisa intitulada “A EVASÃO DE ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO-CAMPUS POSSE EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19”. Desenvolvida pelo pesquisador Cleidnei Pereira da Anunciação mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, sob orientação do professor doutor Jorge Luiz de Góes Pereira.

(2) Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, o qual você terá direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser dada sua anuência/consentimento em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins, a anuência ou será dada de forma eletrônica, neste documento juntamente com o questionário da pesquisa.

(3) Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável **CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIAÇÃO**, pelo telefone: (62) 9.9668-3564 ou por meio do e-mail cleidnei.anunciacao@ifgoiano.edu.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada nesta pesquisa, cujo nº de protocolo é CAAE: 65721822.0.0000.0268 (UFRJ) e 65721822.0.3001.0036 (IF Goiano), você poderá entrar em contato com os Comitês de Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto Federal Goiano pelas seguintes opções:

CEP UFRJ

- E-mail: cep@odonto.ufrj.br
- Telefone: (21) 3938-2051
- Via Postal: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco nº 325 – 2º Andar Sala 01 Setor de Coordenações Acadêmicas da FOUFRJ, Cidade Universitária, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 21.941-617.

CEP IF GOIANO

- E-mail: cep@ifgoiano.edu.br
- Telefone: (62) 3605-3661
- Via Postal: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74.085-010.

(4) O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição e tem como uma das principais funções proteger os participantes da pesquisa de quaisquer problemas que possam resultar de sua participação.

Sobre a pesquisa é importante assinalar que:

(5) A presente pesquisa tem como objetivo *analisar as causas que levaram à evasão escolar de alunos do curso técnico em agropecuária do IF Goiano Campus Posse durante a Pandemia da Covid 19, desde a mudança da modalidade de ensino para remoto até aos aspectos sociais do ambiente familiar do aluno.*

(6) O convite a sua participação se deve em razão de você ter sido aluno do curso técnico em agropecuária no Campus Posse e por ter desistido do curso durante o período de pandemia.

(7) A pesquisa será realizada de forma virtual, através de questionário eletrônico do sistema *Google Forms* que é uma ferramenta gratuita sem custos para o participante, Caso o participante tenha algum custo para participar da pesquisa, será ressarcido pelo Pesquisador Responsável. Você terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento. Caso tenha alguma pergunta de resposta obrigatória, você terá o direito de não respondê-la. O Participante deverá guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico utilizado para a pesquisa, com suas respectivas respostas. Você receberá um *link* para endereço eletrônico ou texto com as devidas instruções de envio que informem ser possível, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do consentimento de utilização dos dados do participante da pesquisa. Nessas situações, o pesquisador responsável fica obrigado a enviar ao participante de pesquisa, a resposta de ciência do interesse do participante de pesquisa retirar seu consentimento. Porém, caso não seja possível a identificação do questionário do participante, a exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro/consentimento ficará impossibilitada.

(8). Os riscos inerentes a você, A presente pesquisa pertence à área da educação, sendo os riscos ao participante mínimos. Porém, em razão do tema da pesquisa, poderá trazer risco de abalo emocional/psíquico dependendo do impacto causado pela pandemia na vida do participante. A pesquisa será realizada de forma virtual, através de questionário eletrônico, o que poderá causar incômodo, cansaço e fadiga. Não são riscos perigosos a vida, caso o participante não se sentir confortável ou constrangido, poderá interromper a sua participação na pesquisa e será resguardado total sigilo. Para assegurar total confidencialidade e risco de violação, a pesquisa será feita utilizando credencias de acesso através de conta institucional com a empresa Google, através do sistema *Google Forms*, onde somente os pesquisadores envolvidos terão acesso e você participante, deverá guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico. Para minimizar os riscos, você terá assistência integral e imediata durante todo o período da pesquisa e toda a execução do projeto por meio dos meus contatos: (62) 996683564, e-mail: cleidnei.anunciacao@ifgoiano.edu.br. Além disso, caso você deseje suspender, imediatamente, a sua participação, posso assegurar a você, participante, que não haverá nenhum prejuízo de sua recusa neste estudo.

Considerando que a pesquisa será feita em ambiente virtual, através de aplicação de questionário eletrônico, bom como para atender o que preconiza a legislação vigente (item

3.4.1- 12 - N.O. 001/2013 e também Item 1.2.1. do SEI/MS – 0019229966), o participante poderá ter os seguintes riscos, bem como medidas para minimizá-los ou saná-los:

Riscos da pesquisa em ambiente virtual:

Riscos

Desconforto

Cansaço

Fadiga

Medidas de para evitar ou minimizar

O participante poderá optar em responder o questionário a qualquer momento, bem como acessá-lo de de computador, *smartphone*, *tablet*, ou outro equipamento com acesso a *internet*.

O participante também poderá interromper ou cancelar sua participação na pesquisa, a qualquer momento.

Quebra de sigilo

Invasão de privacidade

O questionário será aplicado de forma anônima, não haverá identificação pessoal do participante.

Somente o participante e o pesquisador terão acesso ao questionários e as respostas, através de autenticação via e-mail, com senha pessoal.

Exposição de dados

Divulgação de dados confidências

Será garantido o sigilo dos dados fornecidos bem como a devida guarda. Não será feito o registro de dados pessoais do participante, sendo sua identificação ao pesquisador será representada por um número sequencial.

Conexão com *internet*

Caso o participante não tenha acesso, será oferecido condições de acesso à *internet*, bem como prazo estendido para que o participante possa participar integralmente da pesquisa.

Mantendo a privacidade de indentificação da conexão, como IP e local de acesso.

Para minimizar os possíveis riscos, o participante poderá suspender ou encerrar sua participação na pesquisa ou mesmo fracionar a resposta ao questionário, fazendo-o no momento que melhor lhe convir, podendo ainda sanar suas dúvidas diretamente com o pesquisador. Caso

haja algum dano causado ao participante em razão da pesquisa, o pesquisador se compromete a realizar a devida indenização e auxiliar o participante a buscar os meios e medidas necessárias, podendo ainda a qualquer momento durante a pesquisa, entrar em contato com o pesquisador, através do telefone (62)996683564 ou e-mail cleidnei.anunciacao@ifgoiano.edu.br.

(9) A presente pesquisa tem benefícios diretos e indiretos para toda a sociedade a fim de compreender os impactos da pandemia no ambiente escolar, bem como poderá servir de parâmetros para fins de estudos sobre aplicação de políticas públicas no âmbito da educação, para diminuir a evasão escolar. Além disso, sua participação contribuirá para que eu alcance os objetivos desta pesquisa. Para o participante, o benefício se caracteriza em poder contribuir diretamente com a pesquisa científica, de forma voluntária, trazendo informações que poderão nortear as ações políticas públicas referente ao ensino.

(10) Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados anteriormente (e-mail e telefone). Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

(11) O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

(12) Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Mas caso venha ter alguma despesa eventual é garantido o direito ao ressarcimento da despesa diretamente decorrente de sua participação na pesquisa via depósito em conta corrente mediante a apresentação do respectivo comprovante da despesa. O pedido de ressarcimento deverá ser encaminhado para o e-mail informado anteriormente.

(13) Caso você participante venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, terá o direito a assistência e a buscar indenização por meio das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510, de 2016, Artigo 9º, Inciso VI).

(14) O pesquisador se compromete a ressarcir quaisquer danos, caso o participante tenha algum prejuízo financeiro em decorrência da pesquisa.

(15) Você receberá por e-mail uma cópia da dissertação resultante desta pesquisa. Além disso, a dissertação também ficará disponibilizada nos repositórios institucionais do PPGEA/UFRRJ e do IF

Goiano. Uma cópia impressa da dissertação também será doada à Biblioteca do IF Goiano – Campus Posse.

(16) Todos os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados pelo período mínimo de cinco anos para que o participante possa decidir, livremente, sobre sua participação e sobre o uso de seus dados neste momento e/ou no futuro.

() Declaro que li e concordo com os termos para participação nesta pesquisa.

Autorização de uso de imagem e/ou voz, caso necessário:

() Sim. Autorizo o uso de minha imagem e/ou voz.

() Não. Não autorizo o uso de minha imagem e voz.

Posse-GO, _____ de _____ de 2023.

Cleidnei Pereira da Anunciação
Responsável pela pesquisa

() Aceito participar da pesquisa

() Não aceito participar da pesquisa

Participante

Apêndice C – TALE

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

(1) Você está sendo convidado a participar de uma da pesquisa intitulada “A EVASÃO DE ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO-CAMPUS POSSE EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19”. Desenvolvida pelo pesquisador Cleidnei Pereira da Anunciação mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, sob orientação do professor doutor Jorge Luiz de Góes Pereira.

(2) Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, o qual você terá direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser dada sua anuência/consentimento em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins, a anuência ou será dada de forma eletrônica, neste documento juntamente com o questionário da pesquisa.

(3) Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável **CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIAÇÃO**, pelo telefone: (62) 996683564 ou por meio do e-mail cleidnei.anunciacao@ifgoiano.edu.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada nesta pesquisa, cujo nº de protocolo é CAAE: 65721822.0.0000.0268 , você poderá entrar em contato com os Comitês de Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto Federal Goiano pelas seguintes opções:

CEP UFRJ

- E-mail: cep@odonto.ufrj.br
- Telefone: (21) 3938-2051
- Via Postal: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco nº 325 – 2º Andar Sala 01 Setor de Coordenações Acadêmicas da FOUFRJ, Cidade Universitária, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 21.941-617.

CEP IF GOIANO

- E-mail: cep@ifgoiano.edu.br
- Telefone: (62) 3605-3661

Via Postal: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74.085-010.

(4) O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição e tem como uma das principais funções proteger os participantes da pesquisa de quaisquer problemas que possam resultar de sua participação.

Sobre a pesquisa é importante assinalar que:

(5) A presente pesquisa tem como objetivo *analisar as causas que levaram à evasão escolar de alunos do curso técnico em agropecuária do IF Goiano Campus Posse durante a Pandemia da Covid 19, desde a mudança da modalidade de ensino para remoto até aos aspectos sociais do ambiente familiar do aluno.*

(6) O convite a sua participação se deve em razão de você ter sido aluno do curso técnico em agropecuária no Campus Posse e por ter desistido do curso durante o período de pandemia.

(7) A pesquisa será realizada de forma virtual, através de questionário eletrônico do sistema *Google Forms* que é uma ferramenta gratuita sem custos para o participante, Caso o participante tenha algum custo para participar da pesquisa, será ressarcido pelo Pesquisador Responsável. Você terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento. Caso tenha alguma pergunta de resposta obrigatória, você terá o direito de não respondê-la. O Participante deverá guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico utilizado para a pesquisa, com suas respectivas respostas. Você receberá um *link* para endereço eletrônico ou texto com as devidas instruções de envio que informem ser possível, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do consentimento de utilização dos dados do participante da pesquisa. Nessas situações, o pesquisador responsável fica obrigado a enviar ao participante de pesquisa, a resposta de ciência do interesse do participante de pesquisa retirar seu consentimento. Porém, caso não seja possível a identificação do questionário do participante, a exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro/consentimento ficará impossibilitada.

(8). Os riscos inerentes a você, A presente pesquisa pertence à área da educação, sendo os riscos ao participante mínimos. Porém, em razão do tema da pesquisa, poderá trazer risco de abalo emocional/psíquico dependendo do impacto causado pela pandemia na vida do participante. A pesquisa será realizada de forma virtual, através de questionário eletrônico, o que poderá causar incômodo, cansaço e fadiga. Não são riscos perigosos a vida, caso o participante não se sentir confortável ou constrangido, poderá interromper a sua participação na pesquisa e será resguardado total sigilo. Para assegurar total confidencialidade e risco de violação, a pesquisa será feita utilizando credencias de acesso através de conta institucional com a empresa Google, através do sistema Google Forms, onde somente os pesquisadores envolvidos terão acesso e você participante, deverá guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico. Para minimizar os riscos, você terá assistência integral e imediata durante todo o período da pesquisa e toda a execução do projeto por meio dos meus contatos: (62) 996683564, e-mail: cleidnei.anunciacao@ifgoiano.edu.br. Além disso, caso você deseje suspender, imediatamente, a sua participação, posso assegurar a você, participante, que não haverá nenhum prejuízo de sua recusa neste estudo.

Considerando que a pesquisa será feita em ambiente virtual, através de aplicação de questionário eletrônico, bom como para atender o que preconiza a legislação vigente (item

3.4.1- 12 - N.O. 001/2013 e também Item 1.2.1. do SEI/MS – 0019229966), o participante poderá ter os seguintes riscos, bem como medidas para minimizá-los ou saná-los:

Riscos da pesquisa em ambiente virtual:

Riscos

Desconforto

Cansaço

Fadiga

Medidas de para evitar ou minimizar

O participante poderá optar em responder o questionário a qualquer momento, bem como acessá-lo de de computador, *smartphone*, *tablet*, ou outro equipamento com acesso a *internet*.

O participante também poderá interromper ou cancelar sua participação na pesquisa, a qualquer momento.

Quebra de sigilo

Invasão de privacidade

O questionário será aplicado de forma anônima, não haverá identificação pessoal do participante.

Somente o participante e o pesquisador terão acesso ao questionários e as respostas, através de autenticação via e-mail, com senha pessoal.

Exposição de dados

Divulgação de dados confidências

Será garantido o sigilo dos dados fornecidos bem como a devida guarda. Não será feito o registro de dados pessoais do participante, sendo sua identificação ao pesquisador será representada por um número sequencial.

Conexão com *internet*

Caso o participante não tenha acesso, será oferecido condições de acesso à *internet*, bem como prazo estendido para que o participante possa participar integralmente da pesquisa.

Mantendo a privacidade de indentificação da conexão, como IP e local de acesso.

Para minimizar os possíveis riscos, o participante poderá suspender ou encerrar sua participação na pesquisa ou mesmo fracionar a resposta ao questionário, fazendo-o no momento que melhor lhe convir, podendo ainda sanar suas dúvidas diretamente com o pesquisador. Caso

haja algum dano causado ao participante em razão da pesquisa, o pesquisador se compromete a realizar a devida indenização e auxiliar o participante a buscar os meios e medidas necessárias, podendo ainda a qualquer momento durante a pesquisa, entrar em contato com o pesquisador, através do telefone (62)996683564 ou e-mail cleidnei.anunciacao@ifgoiano.edu.br.

(9) A presente pesquisa tem benefícios diretos e indiretos para toda a sociedade a fim de compreender os impactos da pandemia no ambiente escolar, bem como poderá servir de parâmetros para fins de estudos sobre aplicação de políticas públicas no âmbito da educação, para diminuir a evasão escolar. Além disso, sua participação contribuirá para que eu alcance os objetivos desta pesquisa. Para o participante, o benefício se caracteriza em poder contribuir diretamente com a pesquisa científica, de forma voluntária, trazendo informações que poderão nortear as ações políticas públicas referente ao ensino.

(10) Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados anteriormente (e-mail e telefone). Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

(11) O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

(12) Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Mas caso venha ter alguma despesa eventual é garantido o direito ao ressarcimento da despesa diretamente decorrente de sua participação na pesquisa via depósito em conta corrente mediante a apresentação do respectivo comprovante da despesa. O pedido de ressarcimento deverá ser encaminhado para o e-mail informado anteriormente.

(13) Caso você participante venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, tem direito a assistência e a buscar indenização por meio das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510, de 2016, Artigo 9º, Inciso VI).

(14) O pesquisador se compromete a ressarcir quaisquer danos, caso o participante tenha algum prejuízo financeiro em decorrência da pesquisa.

(15) Você receberá por e-mail uma cópia da dissertação resultante desta pesquisa. Além disso, a dissertação também ficará disponibilizada nos repositórios institucionais do PPGEA/UFRRJ e do IF

Goiano. Uma cópia impressa da dissertação também será doada à Biblioteca do IF Goiano – Campus Posse.

(16) Todos os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados pelo período mínimo de cinco anos para que o participante possa decidir, livremente, sobre sua participação e sobre o uso de seus dados neste momento e/ou no futuro.

() Declaro que li e concordo com os termos para participação nesta pesquisa.

Autorização de uso de imagem e/ou voz, caso necessário:

() Sim. Autorizo o uso de minha imagem e/ou voz.

() Não. Não autorizo o uso de minha imagem e voz.

Posse-GO, _____ de _____ de 2023.

Cleidnei Pereira da Anunciação

Responsável pela pesquisa

() Aceito participar da pesquisa

() Não aceito participar da pesquisa

Anuência do Participante menor de idade

() Aceito participar da pesquisa

() Não aceito participar da pesquisa

Anuência do responsável do Participante menor de idade

ANEXOS

Anexo A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia da UFRJ

FACULDADE DE
ODONTOLOGIA/UFRJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EVASÃO DE ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS POSSE EM RAZÃO DA PANDEMIA DA

Pesquisador: CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 65721822.0.0000.0268

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.921.497

Apresentação do Projeto:

Protocolo 016-22. Respostas recebidas em 22/02/2023.

As informações colocadas nos campos denominados "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento intitulado "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2054488.pdf" (submetido na Plataforma Brasil em 22/02/2023).

INTRODUÇÃO:

Em 2009, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, oriundos das Escolas Agrotécnicas, CEFET's e Escolas Vinculadas às Universidades Federais, promovendo assim a expansão e interiorização da rede federal de educação profissional. No Estado de Goiás foram criados dois Institutos Federais: O Instituto Federal de Goiás, criado para atuar mais nos grandes centros e voltado para atividades industriais; e o Instituto Federal Goiano, criado para desenvolvimento na área de agrárias. De acordo com o disposto em seu Estatuto, o IF Goiano é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, n° 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-617
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 **E-mail:** cep@odonto.ufrj.br

descentralizada especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Tem como uma de suas finalidades, ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, e, um dos seus objetos é ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Com a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, em 2013, foi criado o Campus Posse, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, localizado na cidade de Posse-GO, região Nordeste do Estado de Goiás, a 513 km da capital do Estado e a 311 km da capital Federal. Fruto da segunda etapa do plano de expansão, o Campus Posse é um campus agrícola e começou suas atividades ainda em 2013, com ofertas de cursos do PRONATEC. Já em agosto de 2014, começou a ofertar cursos técnicos na modalidade concomitante. Atualmente, o Campus oferta cursos de nível médio técnico (Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e Técnico em Administração), cursos de nível superior (Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Administração e Licenciatura em Ciências Biológicas) também oferta pós-graduação Latu Sensu. O Campus Posse oferta o curso Técnico em Agropecuária na modalidade concomitante, com duração de 1,5 anos e, também, na modalidade Integrado ao Ensino Médio, com duração de 03 anos, e tem como objetivo formar profissionais técnicos de nível médio capazes de exercer atividades técnicas com habilidades e atitudes que lhes permitam participar de forma responsável, ativa, crítica e criativa na solução de problemas na área de produção e transformação vegetal e ou animal e de conservação do meio ambiente, sendo capaz de continuar aprendendo e frente às adversidades das condições do mundo do trabalho. Além do domínio dos saberes tecnológicos, expressos na forma de competências gerais e específicas, pressupõe-se a formação de um profissional crítico, criativo e autônomo do processo de aprendizagem, historicamente situado em seu contexto e capaz de se articular com as demais áreas do conhecimento. O Projeto Pedagógico do curso prevê aulas práticas em componentes curriculares de caráter teórico-prático, tanto para consolidação das teorias apresentadas, como para o estímulo à capacidade de experimentação e observação do aluno, além visitas técnicas que aproximem o aluno da realidade prática e profissional. Em razão da pandemia causada pelo Coronavírus COVID-19, seguindo as orientações das autoridades sanitárias, o Instituto Federal Goiano, suspendeu o calendário acadêmico em março de 2020, sendo que em abril de 2020 houve o retorno das atividades acadêmicas de forma remota, via

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-817
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Internet, através de plataforma própria do Instituto. Com a suspensão das aulas presenciais, as atividades práticas ficaram prejudicadas e não foram realizadas. Percebeu-se que após o início das aulas de forma remota, houve uma certa evasão dos discentes bem como o baixo rendimento acadêmico. Percebe-se também que as mudanças comportamentais dos alunos é em razão da mudança no método de aulas presenciais para aulas práticas. A integralização do ensino pode devolver ao espaço de aprendizagem a criatividade, o interesse e o despertar de novas habilidades nos estudantes e professores envolvidos no processo (THIESEN, 2008). Tendo em vista que os cursos da área agrícola têm a necessidade de integrar aulas teórico-práticas, visa-se buscar entender os impactos causados pela falta dessas práticas, em razão da pandemia da COVID-19, bem como levantar os fatores que levam a evasão escolar neste período pandêmico. Com as novas regras sanitárias impostas, a atividade educacional foi inegavelmente atingida, pois o distanciamento social e/ou isolamento domiciliar fizeram com que as aulas e atividades presenciais fossem proibidas. Tais alterações tiveram impacto direto na vida de toda comunidade escolar: professores, alunos e famílias, bem como nos processos de ensino-aprendizagem em todos os níveis educacionais. Muitos alunos buscam a formação técnica de nível profissional, principalmente o curso de agropecuária, justamente pelo fato de poderem ter aulas práticas, o que ocasionou uma evasão escolar considerável em razão do novo modelo de aulas remotas. Porém, como sabemos, a pandemia causou enormes problemas em todo o planeta. O isolamento social modificou os hábitos de comportamento da sociedade, com o fechamento de escolas, a mudança dos métodos e da logística de trabalho e de diversão, minando o contato próximo entre as pessoas, algo tão importante para a saúde mental. O convívio prolongado dentro de casa aumentou o risco de desajustes na dinâmica familiar. Somam-se a isso as reduções de renda e o desemprego que pioram ainda mais a tensão sobre as famílias. E, ainda, as mortes de entes queridos em um curto espaço de tempo, juntamente à dificuldade para realizar os rituais de despedida, dificultando a experiência de luto e impedindo a adequada resignificação das perdas, aumentando o estresse. Com a pandemia, houve um aumento dos transtornos mentais e de traumas psicológicos provocados também pela infecção do vírus. O aumento dos sintomas psíquicos e dos transtornos mentais durante a pandemia pode ocorrer por diversas causas, dentre elas, pode-se destacar a ação direta do vírus da Covid-19 no sistema nervoso central, as experiências traumáticas associadas à infecção ou à morte de pessoas próximas, o estresse induzido pela mudança na rotina devido às medidas de distanciamento social ou pelas consequências econômicas, na rotina de trabalho ou nas relações afetivas e, por fim, a interrupção de tratamento por dificuldades de acesso. Outro aspecto a ser analisado sobre evasão é a questão

do perfil dos estudantes, do interesse destes pela área de atuação. Sabemos que a maioria dos alunos são jovens, e, que muitas vezes se matriculam no curso até mesmo por falta de opção, e/ou depois percebem que não tem vocação. É nessa etapa da vida, que os jovens criam seus projetos de vida, onde buscam se aperfeiçoar para terem uma profissão na vida adulta. Um momento, marcado por muitas incertezas quanto ao futuro. De acordo com Nunes (2005, p. 90), "uma das razões de evasão é qualificada por erro na escolha do curso, por não perceber os processos pedagógicos, por quebra de perspectiva em relação a teores estudados e defasagem escolar, que gera modificações de turmas e de colegas, provocando uma grande frustração".

HIPÓTESE:

O período pandêmico afetou diversos aspectos da vida social e econômica do aluno, como stress, ansiedade, perda de pessoas da família para o COVID-19, frustração do objetivo do curso não presencial, falta de recursos financeiros, etc, podendo ter influenciado drasticamente no projeto de vida dos jovens, levando-os à desistência do curso.

METODOLOGIA PROPOSTA:

Objetiva-se desenvolver uma pesquisa com abordagem qualitativa, através de um estudo de caso desse fenômeno, referenciado (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). com um grupo de alunos do Curso Técnico em Agropecuária, durante o período de pandemia causado pela COVID-19, sendo estes o objeto desta pesquisa. Em relação a pesquisa qualitativa, pretende-se aplicar um questionário semiestruturado, através de um formulário eletrônico, de forma virtual, pela internet, utilizando a plataforma Google Forms, a fim de identificar as múltiplas e complexas razões sobre evasão escolar e as principais dificuldades que os alunos encontraram para estudar durante o período pandêmico, que em razão da pandemia, afetaram diversos aspectos da vida social e econômica do aluno, como stress, ansiedade, perda de pessoas da família para o COVID-19, frustração do objetivo do curso não presencial, falta de recursos financeiros, etc.. Fará-se também a utilização de pesquisa bibliográfica visando identificar e diagnosticar o problema apresentado e documental do Campus, a fim de identificar se houve contrapartida da instituição para manutenção do aluno Campus, como auxílio permanência, disponibilidade de acesso ao conteúdo e quais ferramentas foram disponibilizadas para os estudantes em razão da mudança do método de aula presencial para o remoto (on-line). O Campus Posse oferta uma turma de 40 alunos, para o Curso Técnico em Agropecuária Concomitante e uma turma de 35 alunos para o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio a cada ano. Referente ao período de pesquisa deste projeto, os anos de

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, n° 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-617
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

2020 e 2021, durante esse período, o Campus esteve com 133 alunos matriculados no curso técnico em concomitante e 104 alunos matriculados no curso técnico integrado. Em levantamento prévio junto a instituição, desse total de 237 alunos que estavam matriculados no período, 56 alunos deixaram de frequentar o curso, sendo estes 56 alunos que evadiram o objeto da pesquisa. A faixa etária dos ingressantes é bem diversificada de 14 a 35 anos, entre os cursos integrados ao ensino médio e os cursos concomitantes, eis que o curso é na modalidade concomitante/subsequente, onde a exigência é que o aluno esteja cursando no mínimo o 2º ano do ensino médio, ou seja, pode ingressar jovens que ainda nem terminaram o ensino médio, bem com adultos com qualquer idade, desde que já tenha concluído o ensino médio. A escolha dos alunos desse curso, como sujeito dessa pesquisa, é por se tratar de um curso com um grande fragilidade em relação a evasão, por não se tratar de uma etapa obrigatória da educação básica e sim uma formação complementar. Com os discentes evadidos durante esse período será aplicado um questionário semiestruturado, a fim de verificar os motivos e razões que levaram esses alunos a abandonarem o curso. Buscaremos identificar nos registros acadêmicos a realidade dos demais cursos do Instituto campus Posse quanto a evasão afim de compará-los com o Curso de Técnico em Agropecuária para termos uma visão mais ampla do fenômeno, assim como dados quantitativos sobre o perfil dos jovens matriculados. A análise dos dados, após colhidos, será através da Análise do Discurso para identificarmos em suas próprias falas o universo a que remetem a sua realidade, sua visão de mundo. Os alunos assinarão um Termo de Compromisso para a aplicação do questionário e possíveis publicações, sendo que no caso de menores de idade, essa permissão será obtida através de seus responsáveis. Também submeteremos o projeto ao Comitê de Ética do Instituto ou da Plataforma Brasil afim de garantirmos que o mesmo obedeça as exigências científicas para a realização da pesquisa na área de conhecimento em questão.

CRITÉRIO DE INCLUSÃO:

Não informado.

CRITÉRIO DE EXCLUSÃO:

Não informado.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar as causas que levaram à evasão escolar de alunos do curso técnico em agropecuária do IF Goiano Campus Posse durante a Pandemia da Covid 19, desde a mudança da

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-617
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 **E-mail:** cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

modalidade de ensino para remoto até aos aspectos sociais do ambiente familiar do aluno.

Objetivo Secundário: a) Identificar os motivos que levaram a evasão escolar dos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária, num aspecto socioeconômico, em razão da pandemia; b) Analisar os impactos do período pandêmico nos projetos de vida dos jovens, principalmente no momento das aulas remotas; c) Identificar se há diferenças entre jovens rurais e urbanos quanto aos motivos da evasão escolar; d) Identificar se houve mais evasão ligado às questões de gênero e seus motivos; f) Verificar se o apoio/suporte ofertado pela Instituição foi suficiente durante o período pandêmico, desde acesso às TIC's bem como às políticas públicas de permanência e êxito.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o pesquisador:

Riscos: a presente pesquisa pertence à área da educação, sendo os riscos ao participante mínimos. Porém, em razão do tema da pesquisa, poderá trazer risco de abalo emocional/psíquico dependendo do impacto causado pela pandemia na vida do participante. Não são riscos perigosos a vida, caso o participante não se sentir confortável ou constrangido, poderá interromper a sua participação na pesquisa e será resguardado total sigilo.

Benefícios: A presente pesquisa tem benefícios diretos e indiretos para toda a sociedade a fim de compreender os impactos da pandemia no ambiente escolar, bem como poderá servir de parâmetros para fins de estudos sobre aplicação de políticas públicas no âmbito da educação, para diminuir a evasão escolar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma resposta ao parecer CEP no 5.864.724, datado em 26/01/2023.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Recomendações:

Conferir item "Conclusões ou Pendências e Listas de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Resposta ao parecer CEP no 5.864.724, datado em 26/01/2023.

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-817
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 **E-mail:** cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

3. Quanto às Informações Básicas do Projeto (arquivo intitulado "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2054488.pdf", postado em 21/11/2022:

3.1. Lê-se na pág. 3 de 6, item "Hipótese", lê-se: "a fim de identificar as múltiplas e complexas razões sobre evasão escolar e as principais dificuldades que os alunos encontraram para estudar durante o período pandêmico, que em razão da pandemia, afetaram diversos aspectos da vida social e econômica do aluno, como stress, ansiedade, perda de pessoas da família para o COVID-19, frustração do objetivo do curso não presencial, falta de recursos financeiros, etc.". Tal texto não se caracteriza como uma hipótese, uma vez que a hipótese pode ser entendida como uma suposição, obtida a partir da observação ou reflexão, que leva a previsões refutáveis; diz respeito a qualquer conjectura lançada de uma forma que permita que seja testada e, possivelmente, refutada. Por outro lado, de acordo com a Carta Circular nº 110-SEI/2017-CONEP/SECNS/MS, que trata do preenchimento da Plataforma Brasil em pesquisas com metodologias próprias das áreas de Ciências Humanas e Sociais, no item "hipótese", caso o delineamento de estudo não compreenda a elaboração desse item, o pesquisador deve preencher o campo com "Não se Aplica". Solicita-se adequação.

RESPOSTA: feitas as correções na plataforma e no projeto anexado novamente.

ANÁLISE: o primeiro trecho, em que se faz uma pergunta, não se caracteriza como uma hipótese. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto às informações básicas do projeto: Hipótese – Feitas as adequações referente a hipótese do projeto e alterada no plataforma.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

3.5. Na pág. 4 de 6, item "Riscos", lê-se: "Trata-se de uma pesquisa com alunos evadidos do Instituto Federal Goiano Campus Posse, do curso técnico em agropecuária, por tal razão a pesquisa poderá não atingir os objetivos caso não forem encontrados os objetos da pesquisa por contatos desatualizados". No campo "Riscos", o pesquisador precisa expor claramente os riscos referentes à pesquisa. A Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 2º, Inciso XXV, define risco da pesquisa como "a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente". Neste sentido, é preciso expor claramente as informações necessárias para identificação dos riscos envolvidos na pesquisa, ainda que sejam aqueles relacionados ao sigilo e anonimato, bem como, o que fará para minimizá-los.

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-617
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

Solicita-se adequação.

RESPOSTA: feitas as correções na plataforma e no projeto anexado novamente.

ANÁLISE: o pesquisador alterou para "A presente pesquisa pertence à área da educação, e em razão do tema, poderá trazer risco de abalo emocional/psíquico dependendo do impacto causado pela pandemia em minha vida, no entanto será resguardado total sigilo". Causa estranheza o trecho que menciona "(...) impacto causado pela pandemia em MINHA vida" (Destaque nosso). Pendência parcialmente atendida.

RESPOSTA 2: quanto às informações básicas do projeto: Riscos – Feitas as correções no texto referente aos riscos aos participantes da pesquisa.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

3.7. Na pág. 5 de 6, item "Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro", verifica-se que o número estimado de participantes é de 50. Contudo, no Resumo (pág. 2 de 6) se lê: "Pretende-se aplicar um questionário semiestruturado (e/ou entrevista) com 42 alunos e 38 alunas que estejam cursando no mínimo o 2º ano do ensino médio". Tal informação consta, ainda, no Projeto Detalhado. Solicitam-se esclarecimentos e adequação.

RESPOSTA: feitas as correções na plataforma e no projeto anexado novamente.

ANÁLISE: no Resumo ainda se faz menção a 42 alunos e 38 alunas (total= 80). Nos itens "Tamanho da Amostra no Brasil" e "Informe o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção neste centro de pesquisa", faz-se menção a 56. No item "Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro", faz-se menção a 50. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto às informações básicas do projeto: Tamanho da amostra - Feitas as adequações referente a quantitativo de indivíduos no projeto, corrigido o resumo e alterado na plataforma.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4. Quanto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e ao Termo de Assentimento (arquivos intitulados "TALE_Termo_de_Assentimento.pdf", "TCLE_Responsavel_menor.pdf" e "TCLE_corrigido.pdf", postado em 07/01/2023):

4.1 Em relação à submissão do protocolo:

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-617
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

4.1.1 Solicita-se que conste, no TCLE, além dos riscos e benefícios relacionados com a participação na pesquisa, aqueles riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Adicionalmente, devem ser informadas as limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, datada em 03/03/2021).

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.2 Em relação aos procedimentos que envolvem contato através de meio virtual ou telefônico com os possíveis participantes de pesquisa:

4.2.1 Solicita-se que conste, no TCLE, que qualquer convite individual deve esclarecer ao candidato a participantes de pesquisa, que antes de responder às perguntas do pesquisador disponibilizadas em ambiente não presencial ou virtual (questionário/formulário ou entrevista), será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ou Termo de Assentimento, quando for o caso) para a sua anuência (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, datada em 03/03/2021).

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.2.2 Solicita-se que conste, no TCLE, que quando a coleta de dados ocorrer em ambiente virtual (com uso de programas para coleta ou registro de dados, e-mail, entre outros), na modalidade de consentimento (Registro ou TCLE), o pesquisador deve enfatizar a importância do participante de pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico (Carta Circular nº

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-817
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

1/2021-CONEP/SECNS/MS, datada em 03/03/2021).

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.2.3 Solicita-se que conste, no TCLE, que o participante de pesquisa tem o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, datada em 03/03/2021).

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: de certo modo, o pesquisador tentou atender a pendência. Contudo, o fez a partir do seguinte trecho: "Você tem o direito de não responder a qualquer pergunta que me for feita pelo pesquisador, caso não queira ou não me sinta à vontade. Além disso, a pesquisadora me garantiu que todas as informações fornecidas, bem como meu nome permanecerão em sigilo caso não autorize sua divulgação". Tal redação, faz uso inadequado dos pronomes e torna difícil sua compreensão. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.2.4 Solicita-se que conste, no TCLE, que caso tenha pergunta obrigatória, o participante tem o direito de não responder à pergunta (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, datada em 03/03/2021).

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-617
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

4.2.6 Solicita-se que conste, no TCLE, que o participante de pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, datada em 03/03/2021).

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.2.7 Solicita-se que conste, no TCLE, que caberá ao pesquisador explicar como serão assumidos os custos diretos e indiretos da pesquisa, quando a mesma se der exclusivamente com a utilização de ferramentas eletrônicas sem custo para o seu uso pelo participante da pesquisa ou já de propriedade do mesmo (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, datada em 03/03/2021).

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.4 Quanto ao conteúdo dos documentos tramitados:

4.4.1 Solicita-se que conste, no TCLE, que o convite para a participação na pesquisa deverá conter, obrigatoriamente, link para endereço eletrônico ou texto com as devidas instruções de envio que informem ser possível, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do consentimento de utilização dos dados do participante da pesquisa. Nessas situações, o pesquisador responsável fica obrigado a enviar ao participante de pesquisa, a resposta de ciência do interesse do participante de pesquisa retirar seu consentimento (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, datada em 03/03/2021).

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-617
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.4.2 Solicita-se que conste, no TCLE, que nos casos em que não for possível a identificação do questionário do participante, o pesquisador deverá esclarecer a impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro / consentimento (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, datada em 03/03/2021).

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.4.3 Solicita-se que conste, no TCLE, que durante o processo de consentimento, o pesquisador deverá esclarecer o participante de maneira clara e objetiva, como se dará o registro de seu consentimento para participar da pesquisa (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, datada em 03/03/2021).

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.7. É preciso fazer menção ao CEP, procurando, inicialmente, explicar o que significa o CEP. Sugere-se o seguinte texto: "O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição (UFRJ) e tem como uma das principais funções proteger os participantes da pesquisa de qualquer problema". Solicita-se adequação.

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-617
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.9. Como prevê o artigo Art. 17 da Resolução CNS 510/2016, item VII: "O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, em seus diferentes formatos, deverá conter esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, incluindo: explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver". Assim sendo, solicita-se que a garantia de ressarcimento dos gastos decorrentes da participação no estudo, tais como de alimentação, transporte ou quaisquer outras, seja apresentada de modo claro e afirmativo. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.10. É necessário assegurar, de forma clara e afirmativa, que o participante de pesquisa tem direito à indenização em caso de danos decorrentes do estudo. Não é apropriado que o TCLE contenha restrições, mediante contratação de seguro, para a indenização ou assistência. Considerando, ainda, que a pertinência da indenização (incluindo o montante) é definida na esfera judicial e essa será conferida se houver o estabelecimento da causalidade entre o dano/prejuízo e a participação na pesquisa, sugere-se o seguinte texto: "Você terá garantido o seu direito a buscar indenização por danos decorrentes da pesquisa" (Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 18, § 2; Resolução CNS nº 466 de 2012, itens IV.3 e V.7; e Código Civil, Lei 10.406 de 2002, artigos 927 a 954, Capítulos I, "Da Obrigação de Indenizar", e II, "Da Indenização", Título IX, "Da Responsabilidade Civil"). Solicita-se adequação.

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-617
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

ANÁLISE: não foi localizado trecho que atenda ao solicitado na pendência. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

4.11 O campo para a assinatura do responsável do menor de 18 anos não cabe, uma vez que se um menor de idade for participar será preciso que este assine o Termo de Assentimento, enquanto o responsável deverá assinar o TCLE próprio para os responsáveis. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: feita a correção do TCLE e anexado o TCLE para responsável e Termo de Assentimento.

ANÁLISE: o erro persiste no Termo de Assentimento (com o campo para assinatura do responsável). Contudo, como a pesquisa será em ambiente virtual, não cabe "campo de assinatura" e, sim, algum espaço em que se precisa acionar para concordar ou não com a participação. Pendência não atendida.

RESPOSTA 2: quanto ao termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Assentimento, foi elaborado um novo modelo do TCLE e Termo de Assentimento, visando atender todas sugestões do item 4 e demais.

ANÁLISE 2: pendência atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

1. De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo - que permitam ao Cep acompanhar o desenvolvimento dos projetos. Esses relatórios devem ser assinados pelo pesquisador responsável e conter as informações detalhadas - naqueles itens aplicáveis - nos moldes do relatório final contido no

e n d e r e ç o
https://conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/conep/arquivos/conep/relatorio_final_encerramento.pdf, bem como deve haver menção ao período a que se referem. As informações contidas no relatório devem ater-se ao período correspondente e não a todo o período da pesquisa até aquele momento. Para cada relatório, deve haver uma notificação separada. A submissão deve ser como Notificação (consultar pág. 69 no arquivo intitulado "1 - Manual Pesquisador - Versão 3.2,39 disponível no endereço <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>. Anexar em arquivo com recurso "copiar e colar".

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.041-817
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Continuação do Parecer: 5.921.497

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.1.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2054488.pdf	22/02/2023 19:49:08		Aceito
Outros	Carta_Resposta_2.docx	22/02/2023 19:48:10	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_novo_modelo.doc	22/02/2023 19:46:22	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_novo_modelo.doc	22/02/2023 19:46:06	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_corrigido.docx	22/02/2023 19:45:45	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Carta_de_apresentacao.pdf	07/01/2023 12:29:31	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_compromisso.pdf	07/01/2023 12:28:54	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoRetificada.pdf	07/01/2023 12:20:13	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Questionario.pdf	21/11/2022 20:21:33	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Qualificacao.pdf	21/11/2022 20:20:40	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Lattes_Pesquisador.pdf	21/11/2022 20:19:45	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Lattes_Orientador.pdf	21/11/2022 20:19:24	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Declaração de concordância	Anuencia.pdf	21/11/2022 20:17:22	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-817
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

FACULDADE DE
ODONTOLOGIA/UFRJ



Continuação do Parecer: 5.921.497

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

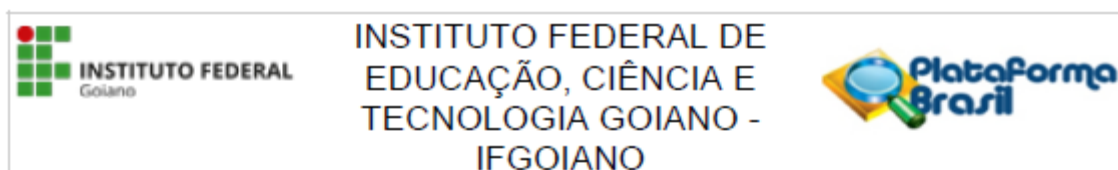
Não

RIO DE JANEIRO, 02 de Março de 2023

Assinado por:
Carlos Alberto Guimarães
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 325 - 2º andar, sala 01 - Setor de coordenações Acadêmicas da FOUFRJ
Bairro: Cidade Universitária CEP: 21.941-817
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2051 E-mail: cep@odonto.ufrj.br

Anexo B – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do IF Goiano



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EVASÃO DE ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS POSSE EM RAZÃO DA PANDEMIA DA

Pesquisador: CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 65721822.0.3001.0036

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.180.524

Apresentação do Projeto:

Relata-se "Em razão da pandemia causada pelo Coronavírus COVID-19, seguindo as orientações das autoridades sanitárias, o Instituto Federal Goiano, suspendeu o calendário acadêmico em março de 2020, sendo que em abril de 2020 houve o retorno das atividades acadêmicas de forma remota, via Internet, através de plataforma própria do Instituto. Com a suspensão das aulas presenciais, as atividades práticas ficaram prejudicadas e não foram realizadas. Percebeu-se que após o início das aulas de forma remota, houve uma certa evasão dos discentes bem como o baixo rendimento acadêmico. Analisar as causas que levaram à evasão escolar de alunos do Curso Técnico em Agropecuária do IF Goiano Campus Posse durante a Pandemia da Covid-19, desde a mudança da modalidade de ensino para remoto até aos aspectos sociais do ambiente familiar do aluno".

Objetivo da Pesquisa:

Relata-se: "Analisar as causas que levaram à evasão escolar de alunos do curso técnico em agropecuária do IF Goiano Campus Posse durante a Pandemia da Covid 19, desde a mudança da modalidade de ensino para remoto até aos aspectos sociais do ambiente familiar do aluno".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Relata-se: "Riscos: A presente pesquisa pertence à área da educação, sendo os riscos ao

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 6.180.524

participante mínimos. Porém, em razão do tema da pesquisa, poderá trazer risco de abalo emocional/psíquico dependendo do impacto causado pela pandemia na vida do participante. A pesquisa será realizada de forma virtual, através de questionário eletrônico, o que poderá causar incômodo, cansaço e fadiga. Não são riscos perigosos a vida, caso o participante não se sentir confortável ou constrangido, poderá interromper a sua participação na pesquisa e será resguardado total sigilo. Considerando que a pesquisa será feita em ambiente virtual, através de aplicação de questionário eletrônico, bem como para atender o que preconiza a legislação vigente (item 3.4.1- 12 - N.O. 001/2013 e também Item 1.2.1. do SEI/MS – 0019229966), o participante poderá ter os seguintes riscos, bem como medidas para minimizá-los ou saná-los: Riscos da pesquisa em ambiente virtual: Riscos: desconforto, cansaço, fadiga – Medidas para evitar ou minimizar: O participante poderá optar em responder o questionário a qualquer momento, bem como acessá-lo de de computador, smartphone, tablet, ou outro equipamento com acesso a internet. O participante também poderá interromper ou cancelar sua participação na pesquisa, a qualquer momento. Quebra de sigilo; invasão de privacidade: O questionário será aplicado de forma anônima, não haverá identificação pessoal do participante. Somente o participante e o pesquisador terão acesso ao questionários e as respostas, através de autenticação via e-mail, com senha pessoal. Exposição de dados/Divulgação de dados confidenciais: Será garantido o sigilo dos dados fornecidos bem como a devida guarda. Não será feito o registro de dados pessoais do participante, sendo sua identificação ao pesquisador será representada por um número sequencial. Conexão com internet: Caso o participante não tenha acesso, será oferecido condições de acesso à internet, bem como prazo estendido para que o participante possa participar integralmente da pesquisa. Mantendo a privacidade de identificação da conexão, como IP e local de acesso. Para minimizar os possíveis riscos, o participante poderá suspender ou encerrar sua participação na pesquisa ou mesmo fracionar a resposta ao questionário, fazendo-o no momento que melhor lhe convier, podendo ainda sanar suas dúvidas diretamente com o pesquisador. Caso haja algum dano causado ao participante em razão da pesquisa, o pesquisador se compromete a realizar a devida indenização e auxiliar o participante a buscar os meios e medidas necessárias, podendo ainda a qualquer momento durante a pesquisa, entrar em contato com o pesquisador, através do telefone (62)996683564 ou e-mail cleidnei.anunciacao@ifgoiano.edu.br. Benefícios: A presente pesquisa tem benefícios diretos e indiretos para toda a sociedade a fim de compreender os impactos da pandemia no ambiente escolar, bem como poderá servir de parâmetros para fins de estudos sobre aplicação de políticas públicas no âmbito da educação, para diminuir a evasão escolar. Além disso, sua participação contribuirá para que eu alcance os objetivos desta pesquisa. Para o participante, o

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul CEP: 74.085-010
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 Fax: (62)3605-3661 E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 6.180.524

benefício se caracteriza em poder contribuir diretamente com a pesquisa científica, de forma voluntária, trazendo informações que poderão nortear as ações políticas públicas referente ao ensino.

Parecer: Atende a legislação

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

4.1 - Tema e objeto da pesquisa:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

4.2 - Relevância Social e objetivos da pesquisa:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

4.3- Metodologia, incluindo local, população e amostra, métodos de coleta:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

4.4 - Avaliação do processo de obtenção do TCLE:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

4.5 - Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

4.6 - Critérios de Inclusão e Exclusão:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

4.7- Critérios de Encerramento ou Suspensão da Pesquisa:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

4.8- Resultados do Estudo:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

4.9- Divulgação dos Resultados:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

Endereço: Rua 88, n°280, Prédio SIASS, andar térreo

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)99226-3661

Fax: (62)3605-3661

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 6.180.524

4.10 – Cronograma:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

4.11- Orçamento

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

4.12- Compatibilidade entre currículos dos pesquisadores e a pesquisa

Parecer: Atende a legislação

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

5.1- Folha de rosto:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

5.2- TCLE: (Exigência IV.4, IV.5 , IV.6 - Res. 466/12)

Parecer: Atende a legislação.

5.3- Termo de Compromisso:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

5.4- Termos de Anuência das Instituições Coparticipantes

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

5.5 – Projeto detalhado.

Parecer: Atende a legislação.

5.6 - Guarda e descarte de documentos:

"Não houve alteração mediante parecer anterior".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 6.180.524

O CEP IF Goiano aprova seu protocolo de pesquisa. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira uma notificação na plataforma, anexando o relatório final. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) pesquisador(a),

Após aprovação da pesquisa, segundo as normativas vigentes, a condução da pesquisa deve estar de acordo com o protocolo aprovado pelo colegiado. Caso ocorra a necessidade de fazer qualquer alteração, deve ser submetida uma emenda com as alterações para nova avaliação ética. Exemplos: alterações metodológicas de coleta de dados, público participante e inserção de pesquisadores entre outras.

A saber:

"O que é uma emenda?"

Emenda é toda proposta de modificação ao projeto original, encaminhada ao Sistema CEP/CONEP pela Plataforma Brasil, com a descrição e a justificativa das alterações. As emendas devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, destacando nos documentos enviados os trechos modificados. A emenda será analisada pelas instâncias de sua aprovação final (CEP e/ou CONEP). As modificações propostas pelo pesquisador responsável não podem descaracterizar o estudo originalmente proposto e aprovado pelo Sistema CEP-CONEP. Em geral, modificações substanciais no desenho do estudo, nas hipóteses, na metodologia e nos objetivos primários não podem ser consideradas emendas, devendo o pesquisador responsável submeter novo protocolo de pesquisa para ser analisado pelo Sistema CEP-CONEP." (Manual do usuário - Plataforma Brasil - versão 3.2)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2097045.pdf	26/06/2023 10:36:05		Aceito
Projeto Detalhado	Projeto_Detalhado_IFGoiano_Alterad	26/06/2023	CLEIDNEI PEREIRA	Aceito

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)99226-3661

Fax: (62)3605-3661

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 6.180.524

/ Brochura Investigador	o.docx	10:35:25	DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Respostas_as_pendencias.docx	26/06/2023 10:33:17	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Alterado3.doc	26/06/2023 10:24:54	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Alterado3.doc	26/06/2023 10:24:13	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Carta_Resposta_2.docx	22/02/2023 19:48:10	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_novo_modelo.doc	22/02/2023 19:46:22	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_novo_modelo.doc	22/02/2023 19:46:06	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_corrigido.docx	22/02/2023 19:45:45	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Carta_de_apresentacao.pdf	07/01/2023 12:29:31	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Questionario.pdf	21/11/2022 20:21:33	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Qualificacao.pdf	21/11/2022 20:20:40	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Lattes_Pesquisador.pdf	21/11/2022 20:19:45	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito
Outros	Lattes_Orientador.pdf	21/11/2022 20:19:24	CLEIDNEI PEREIRA DA ANUNCIACAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua 88, n°280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br

Continuação do Parecer: 6.180.524

GOIANIA, 13 de Julho de 2023

Assinado por:
Paula Medeiros Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, nº280, Prédio SIASS, andar térreo
Bairro: Setor Sul **CEP:** 74.085-010
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)99226-3661 **Fax:** (62)3605-3661 **E-mail:** cep@ifgoiano.edu.br